

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 68.ª Sessão Ordinária
Realizada em 31 de Maio de 1971
(Segunda-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Paulo Poli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Acyr José, Antônio Belinati; Arizone Araújo; Armando Queiroz, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso; João Fadel, João Mansur, Jorge Sato; Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho; Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli (32); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Fortes, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, David Federmann Nivaldo Krüger, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, ouvida a Casa, que se conceda ao requerimento hoje apresentado pelo signatário deste, ou preferência de discussão e votação sobre o apresentado pelo sr. deputado Fuad Nacli, versando sobre o mesmo assunto, embora com objetivos diversos.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

(a) GILBERTO CARVALHO

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pelo aniversário de fundação do município de Sertãoópolis, a dar-se no dia 6 de junho próximo.

Requer, outrossim, seja dada ciência do acontecimento à sua Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1.971.

a) **BORSARI NETTO**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado, que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo da Casa pela assunção do Professor Algacyr Munhoz Mäder, na Reitoria de nossa Universidade Federal, regozijo êsse justificado pelas inegáveis e inúmeras qualidades do Eminentíssimo Professor, dentro de nossos meios estudantis e culturais, que o credenciam sobremaneira para o alto cargo que acabou de assumir.

Solicitamos, também, que da decisão desta Assembléia seja feita comunicação ao Magnífico Reitor.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1.971.

a) **BORSARI NETTO**

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, na forma regimental, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do 9.º aniversário do programa "ENTRE NUVENS", produzido pelo tenente Atila Borges, pela TV Paranaense Canal 12, e onde se focaliza de forma clara e objetiva as principais novidades da Aeronáutica, visando esclarecer a opinião pública.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao tenente Atila Borges, produtor do programa, ao Comandante da EOEG, e ao dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da TV 12.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1.971.

a) **MAURICIO FRUET**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer, antes que se constitua a Comissão Especial requerida para tratar, junto ao Ministério dos Transportes, da pavimentação e asfaltamento das rodovias BR-369 e BR-272, que a Casa haja por bem solicitar ao Departamento de Estradas de Rodagem, pelo meio adequado, informação sobre a situação em que se encontram atualmente aquelas rodovias, visto ter sido delegado poderes ao mesmo, pelo Ministério dos Transportes, através do D.N.E.R., para a execução das obras.

Obtido o pronunciamento do D.E.R., que se constitua a Comissão Especial com Deputados representantes das regiões servidas pelas citadas rodovias.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1.971.

(a) **GILBERTO CARVALHO**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja dirigido um apêlo aos excelentíssimos senhores Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura e João Maurício Mello Franco Nabuco, presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no sentido de isentar o pequeno proprietário rural do pagamento da taxa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), cobrada por êste Instituto a título de licença para desmatamento.

Sendo o sudoeste do Estado uma região aonde predomina o minifúndio, esta "taxa" somente contribuirá para o encarecimento do custo da produção agrícola, liquidando completamente com o pequeno lucro do produtor na hora da comercialização da safra.

A justificativa de nosso apêlo pode ser perfeitamente verificada com o exemplo que apresentamos a seguir, referente à produção média de 100 sacos de milho em grão, num alqueire paulista, e com o preço de mercado, na base de Cr\$ 7,00 custo êsse, caso o trabalho seja efetuado com mão de obra exclusivamente familiar.

| | |
|-------------------------------|-------------|
| Derrubada de área | Cr\$ 220,00 |
| Semente selecionada | Cr\$ 33,00 |
| Plantio | Cr\$ 40,00 |
| Colheita | Cr\$ 80,00 |
| Limpa | Cr\$ 130,00 |
| Para trilhar | Cr\$ 70,00 |
| Taxa I. B. D. F. | Cr\$ 100,00 |
| | <hr/> |
| | Cr\$ 673,00 |

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

a) IVO TOMAZONI

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

a) — Que já estão prontos, há mais de dois anos, os estudos e o traçado da denominada Avenida Contorno Norte, ligando a BR-116 à BR-277, via Santa Felicidade;

b) — que o referido trabalho, executado pelo IPPUC, foi encaminhado ao D.N.E.R., Projeto n.º 1.038/B, porém, apesar do longo tempo decorrido, ainda não teve solução;

c) — que, a construção da Avenida Contorno Norte, será de grande valia, pois além de desviar sensivelmente o tráfego de veículos pesados do centro da cidade, diminuirá o trajeto dos veículos que trafegam da BR-116 à Rodovia do Café e vice-versa, requer à Mesa, regimentalmente, oficie-se aos Exmos. Srs. Ministro dos Transportes, Diretor do D.N.E.R., Secretário dos Transportes e Diretor do DER, solicitando de S. Excias. o início imediato da construção da Avenida Contorno Norte, cuja obra poderia ser delegada ao DER do Paraná, fato que ensejaria maior brevidade à solução do problema.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

a) MAURICIO FRUET

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado por esta Assembléia Legislativa, ao presidente Emílio Médici, ao governador Haroldo Leon Pêres e ao ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, apêlo no sentido de que as eleições gerais dos Partidos Políticos, já fixadas para os meses de setembro, outubro e novembro dêste ano, sejam transferidas para os meses de fevereiro, março e abril de 1972.

JUSTIFICATIVA: Se as eleições para os Diretórios Nacionais, Regionais e Municipais dos Partidos Políticos forem efetivadas nos meses de setembro, outubro e novembro dêste ano, é evidente que haverá declínio na produção Parlamentares, tanto no Congresso Nacional, como nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Se, ao contrário, tais eleições se processarem no próximo ano, quando o Congresso e as Assembléias Legislativas estiverem em recesso, os dirigentes partidários e, principalmente os Parlamentares, poderão desenvolver maior atividade partidária em favor de seus respectivos Partidos. Daí o nosso apêlo no sentido de que as eleições sejam adiadas, possibilitando, desta forma, o prosseguimento normal dos trabalhos legislativos, na esfera federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, oferecendo

melhor oportunidade a que seja efetivada, com mais tempo, a renovação das hostes partidárias do País.

Sala das Sessões em 31 de maio de 1971.

a) JOAO MANSUR

Requerimento

Senhor Presidente:

O Legislador infra-assinado, neste ato representando a bancada do MDP nesta Casa, por delegação de seu eminente Líder, deputado Nivaldo Krüger, com a devida vênica, requer:

1. Se digne V. Exca. de ordenar lhe sejam fornecidas as seguintes certidões, conforme seus requerimentos verbais constantes das notas taquigráficas desta Casa:

a) — certidão em que conste a hora do início da sessão extraordinária do dia 26-05-71 e a hora em que foi anunciada, no dia anterior, a respectiva Ordem do Dia (já deferido, mas ainda não entregue a certidão);

b) — certidão da Ata da sessão do dia 28-5-71, (extraordinária) e dos termos do requerimento do senhor deputado Paulo Poli, conforme requerimento verbal anterior;

c) — ainda conforme requerimento verbal anterior, certidão de que, às 10,45 horas do dia 28-05-71, quando em pauta o Projeto n.º 15-71, de Reforma ou Emenda Constitucional, não constava do mesmo qualquer despacho do senhor Presidente da Comissão Especial, convocando reunião da mesma Comissão para a tarde daquele dia, encontrando-se o referido Projeto, àquela hora daquele dia, em 2.ª discussão.

2. Sem impertinência, esclarece, "data vênica", que tais certidões deverão instruir recurso de sua bancada contra atos praticados no processo legislativo observado para o Projeto em foco, revestindo-se, conseqüentemente de urgência

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

a) MUGGIATI FILHO

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acôrdo com o Regimento Interno, requer de V. Excia., a justificação de suas faltas às sessões dos dias 5, 17, 24 e 26, por motivo de viagem aos municípios de Pirai do Sul e Castro, a fim de colher dados sobre problemas sanitários naqueles municípios.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1971.

a) DAVID FEDERMANN

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 76-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1971.

a) MARCIANO BARANIUK

JUSTIFICAÇÃO: — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando, desde a data de sua fundação — 24 de junho de 1963 — os mais assinalados serviços à sociedade de Umuarama, cumprindo, assim, os altos e humanitários objetivos a que se propôs, quais sejam, proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante. Por tais razões e por preencher todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a espécie, acreditamos que esta Casa não deixará de acolher o presente Projeto de Lei, dispensando-lhe o necessário apoio.

Projeto de Lei n.º 77/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1971.

a) **QUIELSE CRISÓSTOMO**

JUSTIFICATIVA: — Visa o presente plano de lei dotar o Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital, de melhores condições de funcionamento.

O grande número de alunos ali matriculados, está assim a exigir. Além do mais, deve-se levar na devida conta que no mesmo prédio funciona, também, o Ginásio Estadual do mesmo nome.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento, e, afinal, a necessária aprovação.

Projeto de Lei n.º 78/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

a) **QUIELSE CRISÓSTOMO**

JUSTIFICATIVA: — O revestimento asfáltico da rodovia que se autoriza com o presente plano de Lei, trará incontáveis benefícios para uma das regiões mais ricas do Paraná. Basta dizer que nada menos de quinze municípios serão contemplados com a providência aqui pretendida. São eles: Astorga, Sabáudia, Arapongas, Rolândia, Santa Fé, Munhoz de Mello, Iguaçu, Flórida Lobato; Colorado; Nossa Senhora das Graças, Guaraci, Jaguapitã, Paranapoema e Miraselva, que representam uma população de mais de 200 mil habitantes dependentes de permanentes condições de tráfego, na sua luta diária pelo engrandecimento econômico, social e cultural, não só da região que habitam, como também de todo o Paraná.

Projeto de Lei n.º 79/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1971.

a) **MARCIANO BARANIUK**

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de entidade que, pelos muitos e significativos serviços prestados à coletividade de Umuarama, merece ser declarada de utilidade pública também no âmbito estadual, já que, pelas mesmas razões, o foi no municipal, através da Lei n.º 22, de maio de 1968. A referida Associação preenche todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí esperarmos que a Casa dê guarida a este Projeto.

Projeto de Lei n.º 80/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

a) ANTONIO COSTA

JUSTIFICATIVA: — O Município de Icaraima, distante cerca de 80 km. do Município de Umuarama, é um dos municípios mais progressistas do Oeste Paranaense, concentrando uma vasta população estudantil. Possui um Ginásio com 8 salas de aula em pleno funcionamento, sendo que no presente ano formará a primeira turma de ginásianos, o que justifica por si só a criação da Escola Normal a que se refere o presente Projeto.

Esclarecendo ainda que a não criação da mencionada Escola Normal implicaria em terem os alunos que se deslocar ao Município de Umuarama a fim de continuarem os seus estudos, ocasionando desta forma sérios transtornos à população estudantil daquela Comuna, principalmente no que diz respeito a empecilhos de ordem financeira, que obrigariam a grande maioria, a desistirem de seus estudos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há vários dias ocupamos a tribuna desta Assembléia Legislativa, para denunciar ao Plenário da Casa e ao povo do Paraná, ameaças de demissões que estavam ocorrendo na Fundação Educacional do Paraná "FUNDEPAR", com fins de perseguição política.

Disse, naquela ocasião, que 22 funcionários daquela instituição foram chamados pela Direção da entidade e receberam determinação de, no dia seguinte, apresentarem suas Carteiras do Trabalho, para terem ali apostas as anotações da dispensa. Tal aviso não foi precedido sequer da gentileza de uma exposição a respeito dos motivos que levaram a Direção daquela entidade a proceder de tal forma.

Os atingidos foram das mais variadas categorias, desde motoristas até técnicos do mais alto gabarito. Fiz um apelo à liderança do Governo nesta Assembléia, para que levasse tal fato ao conhecimento de S.Exa., o sr. Governador do Estado, porque entendíamos e não podíamos acreditar que o Chefe do Poder Executivo tivesse sequer conhecimento dessa ocorrência. Pensávamos que tais fatos, surgidos no porão de seu Governo, não tinham, de forma nenhuma, o seu conhecimento e o seu beneplácito.

O sr. deputado Leopoldo Jacomel, dias depois, veio a esta Tribuna e asseverou que a denúncia que eu fizera estava destituída de fundamento, porque, ao invés de 22 funcionários demitidos, haviam sido exonerados apenas 6, quatro dos quais teriam pedido exoneração, e que o caráter da demissão, de isenção política, estava comprovado pelo fato de que o Secretário do jornal "Tribuna do Paraná", sr. Antônio Pietrobelli, era funcionário daquela Instituição, ocupando o cargo de repórter. O sr. deputado Jacomel asseverava nesta Casa, que, se o objetivo da exoneração fôsse tão somente político, esse funcionário seria o primeiro a ser exonerado, porque ocupava um cargo na alta direção da "Tribuna do Paraná", que vinha fazendo oposição ao sr. Governador do Estado.

Entretanto, sr. Presidente, srs. Deputados, os dias se passaram e a denúncia que eu havia feito aqui, de que 22 funcionários seriam exonerados,

realmente comprovou-se. Hoje, ascende a mais de 22 funcionários exonerados. E aquele tido pelo deputado Jacomel como exemplo de que não era perseguição política, recebeu na sexta-feira passada também o seu bilhete azul, exatamente por razões políticas, exatamente por ser o Secretário da "Tribuna do Paraná".

Foi despedido da Fundepar, onde ocupava há mais de 3 anos, com eficiência, com probidade e com dignidade, o cargo de redator, tendo sido incumbido na sua vida funcional, do planejamento e execução de movimento de cunho cultural que tiveram repercussão nacional, inclusive o Concurso Nacional de Contas, o Seminário de Literatura, movimento "É Tempo de Cultura" e movimento "É Tempo de Integração".

Vim, portanto, denunciar ao Paraná, como fez hoje esse funcionário, através de carta aberta dirigida ao sr. Governador, denunciar, uma vez mais, ao povo deste Estado e a esta Casa, o clima de perseguição que está ocorrendo nas hostes funcionais da Fundação Educacional do Estado.

Não faço mais nenhum apêlo; nem à liderança do Governo, nem ao Governador, pois os apelos que já fizemos, no sentido de que o problema fôsse solucionado, com boa vontade, não alcançou nenhum objetivo.

Portanto, minhas palavras hoje se cingem, apenas, à denúncia, à comprovação da perseguição. Não resta outra coisa senão isto. Os apelos caem no deserto, as palavras não são ouvidas, porém, o povo do Paraná irá julgar a todos dentro em breve. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós, ao contrário do que diz o deputado Cândido Martins de Oliveira, que não irá mais fazer apêlos, vamos fazer um apêlo ao sr. Governador do Estado, para que não se deixe levar por aqueles bajuladores que sempre costumam aplaudir o Governo, que sempre costumam agradecer o Governo. Talvez sejam homens desta natureza, sejam homens desta espécie que estejam levando o Governador a cometer verdadeiras injustiças contra o funcionalismo público.

Não tenho procuração para defender o sr. Pietrobelli, jornalista dos mais brilhantes, que orgulha a terra paranaense. Não vou discutir se era ele útil ou não à Fundepar. Não estive lá e não conhecia o seu trabalho naquele órgão, mas vou discutir a forma como essa demissão foi assinada. Através dela virão outras, se o Governador do Estado não ficar alerta com relação aos homens que têm verdadeiro ódio do Governo anterior, ódio que querem descarregar sobre o funcionalismo. Todos os funcionários que ocuparam postos de direção, mesmo que o tivessem feito com brilhantismo, mesmo que tivesse dedicado todos os seus esforços em favor da administração do Estado, todos estão sendo perseguidos no atual Governo. Não acredito que parta esta perseguição do sr. Governador Haroldo Leon Peres. Sinceramente, não acredito.

Li a carta aberta dirigida por aquele jornalista ao Governador do Estado. Não creio que o sr. Governador do Estado desça tanto, desça do seu elevado posto para diminuir um funcionário, a não ser que tenha ele prevaricado na administração pública; a não ser que um inquérito tenha sido instaurado; a não ser que, concedido o mais simples direito de defesa, fique provado que o funcionário não agiu bem no desempenho de suas funções públicas. Ai então é certo que o sr. Governador o demita a bem do serviço público. Mas, jamais por ser redator de um jornal que faz oposição ao Governo, porque a oposição até é benéfica. O próprio Presidente Médici pede para que lhe façam oposição, pede para que lhe apontem os erros, a fim de que, conhecendo-os, possa corrigi-los; acha S. Exa. que a oposição é válida. E era exatamente o que fazia no jornal "Tribuna do Paraná", o dr. Pietrobelli, ganhando o pão de cada dia. E na sua profissão de jornalista na "Tribuna do Paraná", ele poderia estar também na "Gazeta do Povo", no "Diário do Paraná" ou em qualquer outro órgão de imprensa; ele poderia estar ganhando

seu pão de cada dia, e ninguém jamais teria o direito de impedir que alguém ganhe, honestamente, o seu pão. "Ganhando o pão com o suor do seu rosto", isto já disse o Senhor.

Portanto, não acredito, sinceramente, e quero aqui fazer um apêlo a S. Exa. o sr. Governador, e ao seu Líder nesta Casa, deputado João Mansur, para que na demissão do dr. Pietrobelli, que ele seja uma vítima, mas que o seu sacrifício sirva de exemplo, para que cessem de uma vez por todas estas perseguições, para que nenhuma demissão se faça mais, sem que seja instaurado o competente inquérito.

Que não se façam mais perseguições apenas, porque o funcionário serviu a um governo, apenas porque o funcionário trabalha na firma do ex-Governador. Este apêlo que quero fazer, tenho certeza encontrará eco, no coração bem formado do sr. Governador.

Porque, sinceramente, eu não acredito que um homem, como S. Exa., que com sua esposa promove uma campanha em favor dos desabrigados da sorte, "Campanha do Agasalho", um homem como S. Exa., que demonstra tão bons sentimentos, tão bom coração, tanto espírito de fraternidades, possa, num ato mesquinho, tirar o pão da boca de um profissional de imprensa, um cidadão que ganha honestamente os seus vencimentos. Eu não acredito que tenha sido um ato do sr. Governador; acredito que tenha sido um ato de algum auxiliar que, para agradar a S. Exa., o sr. Governador, cometeu esta iniquidade, esta barbaridade, que não tem adjetivo que possa classificá-lo.

É o apêlo que quero deixar da Tribuna, ao nobre Líder do Governo, deputado João Mansur, para que faça chegar aos ouvidos de S. Exa. o sr. Governador, que os funcionários públicos que serviram à administração anterior, encontram-se apreensivos, e com justeza, porque não se brinca com os vencimentos, com o ordenado e com o emprêgo de um chefe de família. Que cessem as perseguições. Que o Governo tenha as vistas voltadas para o futuro desta terra. Ele, que com o seu espírito patriótico, jovem e dinâmico, se sirva dos elementos que tem em mãos, e que lhe foram fornecidos por esta Casa, trabalhando pela grandeza do Estado; que corresponda à confiança que lhe foi depositada pelos altos escalões, e corresponda à confiança do povo paranaense, que abriu um crédito de confiança a S. Exa., para que S. Exa. saia do seu governo mais consagrado do que saiu o sr. Paulo Pimentel. É o que todos nós desejamos.

Muito obrigado, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia com satisfação a presença no Plenário do nobre deputado Federal, José Alencar Furtado.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente e srs. Deputados.

O assunto da área política em todo o território nacional é a reforma política, encaminhada ao Congresso pelo presidente Médici. Uma lei que já deverá vigorar a partir das próximas eleições. E pudemos, num estudo rápido a respeito da nova Lei, encontrar muita coisa de útil, para, nos diretórios das duas agremiações políticas, na fundação partidária que, inegavelmente, ira proporcionar melhores condições financeiras, para que os Partidos possam ter seus candidatos a Vereador, Prefeito, Deputado e até mesmo Governador de Estado.

Também no tocante à filiação partidária, no tocante à fidelidade partidária, nós entendemos que a regulamentação do princípio de fidelidade partidária deixa muito a desejar, porque se fala na fidelidade do deputado para com o partido; do Deputado estadual, do Deputado federal e do Senador, que terão de obedecer, daqui para a frente, à orientação, às diretrizes de seus respectivos partidos. Porém, esta nova Lei, deixou de estabelecer o princípio de fidelidade partidária, para o homem que é Prefeito e para o homem que é Governador do Estado. E com isso, o MDB continuará prejudicado, o MDB

continuará a sua luta para que o princípio de fidelidade partidária seja estendido para todos os homens públicos. O Deputado ingressa no partido de sua preferência, porém quando candidato, e não depois de eleito, debandar de seu partido, o mesmo devendo acontecer com o Prefeito; porque há aquele que se elege sob a bandeira de um determinado partido político e, logo depois de ver concretizado o sonho pela política, acaba debandando e se filiando numa outra agremiação política.

Queremos lamentar que esta fidelidade partidária tenha deixado de atingir também aos Prefeitos de todo o território brasileiro.

E por último, sr. Presidente, srs. Deputados, o sr. deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira falou aqui da perseguição, da cassação branca que se faz com os funcionários da Fundepar; queremos trazer aqui, ao conhecimento da Casa, que também na Credimpar, que surgiu e que cresceu no Governo anterior, e que o próprio atual Governador não negou aqui que a Credimpar estivesse numa boa situação financeira, nós pudemos sentir, hoje pela manhã, a apreensão que domina algumas de suas funcionárias, porque duas, dentro do critério de perseguição do atual Governo, duas funcionárias foram demitidas. E há ali um ambiente de tensão, diante dos rumores de que outros servidores da Credimpar, diante dessa perseguição, poderiam ser atingidos, poderiam ser demitidos, poderiam ficar, de um instante para o outro, sem o sustentáculo para a sua família, conseguido através de um emprego na Credimpar,...

O SR. PRESIDENTE — V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — ...onde não há cabide de emprego, mas há uma empresa servindo ao Paraná, com funcionários prestando grandes serviços. Porém, única e exclusivamente pelo princípio de se montar equipe, quem sabe, de caráter político, estamos vendo funcionários não dormindo à noite, preocupados porque poderiam dormir hoje como empregado da Credimpar, e acordar no dia seguinte como um homem, como uma moça desempregados.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Existe, dentro de nós, uma preocupação constante em todos os assuntos que dizem respeito ao Porto de Paranaguá. Observamos, de alguns anos para cá, que o Porto de Paranaguá se ressentia de um guindaste denominado cábrea. A cábrea serve para a descarga de materiais pesados, o Porto de Santos possui duas cábreas, enquanto que não temos nenhuma. E as consequências da falta desta cábrea, são inúmeras. As Indústrias de Papel e Celulose "Klabin", por exemplo, fazem a importação de material pesado através dos portos de Santos e Guanabara. A Rede Ferroviária Federal, importa locomotivas que são descarregadas no Rio Grande do Sul. A Fábrica de Cimento Itambé, deverá importar grande quantidade de material pesado, através de outros portos.

O Diretor do Porto de Paranaguá está com um expediente que vem mantendo com grandes empresas paranaenses, e conseguiu das mesmas um compromisso para que, desde que o Porto de Paranaguá possua uma cábrea, as importações sejam feitas, no futuro, através de Paranaguá. E o mais importante, para que seja adquirida uma cábrea, é que a COPEL deverá importar todo o maquinário para a Usina Salto Osório, e soubemos, pelo dr. Andreoli, que a importação será feita por Santos, uma vez que Paranaguá não tem cábrea.

Está empenhado, o Diretor do Porto de Paranaguá, em conseguir esta cábrea, e para isto tem documentos de empresas paranaenses que irão cooperar, uma vez que o Porto esteja em condições de importar cargas pesadas.

Assim sendo, estamos endereçando um requerimento nos seguintes termos: (Lendo):

“Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva faça um apêlo ao Ministro dos Transportes, ao Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e ao Secretário dos Transportes do Paraná, no sentido de que seja adquirido e implantada no Pôrto de Paranaguá, uma CÂBREIA — GUINDASTE FLUTUANTE, para carga e descarga de material pesado.

Prende-se o requerimento ao fato de que certos maquinários e produtos pesados, importados por empresas paranaenses, tais como a Klabin — Papel e Celulose (caldeiras), R.F.F.S.A. (locomotivas), Fábrica de Cimento Itambé (Caçambas), são obrigados a serem descarregados em outros portos brasileiros, porque o nosso não tem condições materiais para este descarregamento, fazendo com que percamos grande movimento financeiro.

Próximamente deverão chegar de plagas européias todo o maquinário da Usina de Salto Ozório, maquinário este importado pela Copel, e deverá ser descarregado no Pôrto de Santos, encarecendo, ainda mais, a iniciativa governamental, eis que fica triplicada a distância do transporte terrestre daquele material.

A implantação de uma cábreia no Pôrto de Paranaguá, só virá trazer benefícios e a mesma se pagará, através do movimento do terminal marítimo, em pouco tempo, além de poder competir, par e passo, com o maior pôrto brasileiro, o de Santos.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1971.

(a) Nelson Buffara”

A aquisição desta cábreia é de importância capital para nosso Pôrto, que tem a denominação de ser o maior exportador de café do mundo, e assim será também importador, quando estiver o mesmo em perfeitas condições.

Eram as considerações para que, se aprovado o requerimento, seja encaminhado às autoridades competentes. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur, quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tomamos conhecimento, através da imprensa, em carta aberta que fôra dirigida ao sr. Governador do Estado, da demissão do secretário da “Tribuna do Paraná” e funcionário da FUNDEPAR. Também tomamos conhecimento na imprensa de hoje, de ocorrências que se estão verificando na Fundação Hospitalar e agora ouvimos, através dos Deputados que ocuparam esta tribuna, abordando o mesmo assunto, e fazendo crer que essa demissão tinha caráter político e vem, única e exclusivamente, no sentido de perseguição ao humilde funcionário público.

E quero, nesta oportunidade, coerente com a posição que sempre defendi nesta Casa, de nunca trazer ao conhecimento dos srs. Deputados, fatos que não estivessem calcados em provas.

E pelo conhecimento que tive, há poucos instantes, o funcionário Pietrobelli encontra-se à disposição do Senado Federal. Comprometo-me com esta Casa e com os srs. Deputados de, na sessão de amanhã, inscrito como estou para o Grande Expediente, trazer o que se está passando na FUNDEPAR e na Fundação Hospitalar. Mas, de antemão, posso afirmar que o sr. Governador não tem conhecimento de tais ocorrências, e jamais teria tempo de estar se imiscuindo em problemas dessa ordem.

Iremos à FUNDEPAR e à Fundação Hospitalar, e também à Secretaria de Educação, obter os esclarecimentos necessários para transmitir aos srs. Deputados e ao povo do Paraná, as razões que levaram a Secretaria de Educação e Cultura a demitir esse funcionário que presta serviços na FUNDEPAR. Porque, a preocupação do governador Haroldo Leon Pères jamais foi, e não será nunca, perseguir quem quer que seja; S.Exa. está, isto sim, preocupado

com a administração pública do Paraná; S.Exa. está, isto sim, preocupado em dar ao povo do Paraná uma administração digna do trabalho e do esforço de nossa gente, a fim de poder corresponder à confiança que recebeu de S.Exa. o Sr. Presidente da República, quando foi indicado para o mais alto cargo de nosso Estado.

De forma que deixo aqui esta Tribuna com o compromisso de, amanhã, no Grande Expediente, trazer êsses esclarecimentos à Casa.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na última semana, ocupando esta Tribuna, o nobre deputado Antônio Lopes Júnior concitou esta Casa, concitou os srs. funcionários a participarem da Páscoa do Funcionário da Assembléia Legislativa, que será realizada no próximo dia 4 de junho.

Na oportunidade, gravamos bem a mensagem de paz, de amor e de fraternidade do nobre deputado Antônio Lopes Júnior. S.Exa. deixou salientado que, entre todos os Mandamentos da Lei de Deus, um dêles é fundamental, imprescindível e importantíssimo para que as nossas atividades em todo campo profissional sejam realizadas com objetivo sublime e que venha de encontro aos interesses de toda coletividade: "Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo".

Dentro desse mesmo espírito é que vimos à Tribuna na tarde de hoje, para relembrar a esta Casa e, até certo ponto, dizer de nossa posição por ocasião do episódio em que a Assembléia Legislativa aprovou a Mensagem de S.Exa. o sr. Governador do Estado, dando ao Paraná uma nova Carta, uma nova Constituição.

Muito foi falado e foi dito — e inclusive consta até da própria Justificativa — que a Constituição anterior dava margem a uma série de interpretações que não vinham de encontro aos reais interesses do Paraná.

Afirmaram-nos Deputados que participaram da última legislatura, que a Constituição anterior foi objeto de muito estudo, cuidado e discussão. E assim mesmo, vejam os srs. Deputados, a Constituição anterior apresentou uma série de senões e erros que esta, no entender do sr. Governador, pretende corrigir. Porém, esse apressamento, esse aqodamento, fez com que a bancada do MDB não participasse da nova Constituição, não participasse da votação da Carta Magna em sua decisiva votação. Imaginem os srs., se a Constituição vigente anteriormente, que ficou por vários e vários meses nesta Assembléia, apresenta uma série de erros que necessitaram agora ser corrigidos, imaginem os srs. o que não poderá ocorrer dentro de pouco tempo, se algum artigo, algum parágrafo ou uma vírgula mal colocada — porque os srs. Deputados tiveram muito pouco tempo para analisar essa nova Constituição — não vai nos levar a uma alteração da Carta Magna de nosso Estado.

Mas, eminentes srs. Deputados, esse episódio, para mim, pessoalmente, está ultrapassado. Talvez sirva de lição para outras atividades parlamentares nesta Casa; talvez sirva de lição para que, dentro de pouco tempo possamos também, na discussão de um Projeto, ter, oportunidade, os argumentos necessários, baseados na decisão tomada na semana finda pela Assembléia Legislativa.

Findo o episódio, reporto-me agora a um fato que julgo da máxima importância, e é de nosso dever analisar nesta Casa. Refiro-me ao plano de governo de S.Exa., o sr. Governador do Estado. Infelizmente, até agora, nas Mensagens vindas de S. Exa., tivemos oportunidade de, inicialmente, discutirmos acaloradamente, se os Desembargadores e os Juizes do Poder Judiciário Paranaense, faziam jus ou não ao tempo integral. Foi aprovada a mensagem nos termos em que S.Exa. a enviou mas, para surpresa geral, para que todo o Estado do Paraná tomasse conhecimento, não havia necessidade do envio da Mensagem, pois antes do Governador sancionar, o Presidente do Tribunal

de Justiça, com uma simples portaria, deixou sem efeito aquilo que S. Exa. taxava de privilégio. Consequentemente, hasteria um pouco de bom senso, de entendimento entre os Chefes do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e a solução seria encontrada sem necessidade de Mensagem vinda a esta Casa, sem necessidade de tanta discussão, tanto gasto de ordem burocrática, para ser aprovada a Mensagem.

Depois veio a esta Casa a Mensagem propondo a Emenda à Constituição do Estado. Outra vez uma série de celeumas. Não vou voltar ao assunto, porque havia dito que não voltaria mais, e é do conhecimento de todos.

Seria injusto de nossa parte nos esquecermos da Mensagem enviada a esta Casa pelo sr. Haroldo Leon Peres, solicitando autorização da Assembléia para caucionar ações da Petrobrás, pertencentes ao Estado do Paraná, como garantia de um empréstimo a ser realizado, não sabemos com que entidade; mas esta Assembléia deu um voto de confiança a S. Exa., dando-lhes condições para que pudessem realizar a operação de crédito.

Feito isto, srs. Deputados, nada mais veio a esta Casa. S. Exa. teve muitos e muitos meses para organizar um planejamento de seu Governo.

Há dias estivemos no vizinho Estado de Santa Catarina e o que vimos? Um plano de Governo elaborado por técnicos da mais alta nomeada, atingindo todos os setores de infra-estrutura, um plano objetivo e racional.

No Paraná, infelizmente, e digo de coração, não nos move qualquer princípio de oposição ao atual Governo; não tivemos oportunidade de ver ainda nesta Assembléia Legislativa um plano de ação visando o progresso e o desenvolvimento de nosso Estado.

E um atraso de vida para o nosso Estado; isto é um atraso de vida para o progresso; isto é um atraso de vida para o Estado que é tido como um dos mais cultos da civilização brasileira; isto é um atraso de vida para um Estado que sabemos ter órgãos de infra-estrutura em condições, tem técnicos do mais alto gabarito, em condições para realizar um plano de Governo desta natureza.

E o que se vê? No Estado de Santa Catarina, em tôdas as cidades, nota-se enormes painéis, chamando a atenção do povo para o Plano de Desenvolvimento Integrado do vizinho Estado. A população catarinense está otimista e vê boas perspectivas, excelentes perspectivas no sentido de que este plano irá trazer realmente a redenção de seus Estado.

No Paraná, infelizmente, volto a repetir, não se vê nada, não se nota nada, não veio nada a esta Casa e não se deu a conhecer à opinião pública, qualquer plano de Governo por parte do atual Governo, por parte do sr. Haroldo Leon Peres.

Fazemos um apêlo, fazemos votos, esperamos que S. Exa. tenha bom senso e tirocinio administrativo necessario para, no mais breve prazo possível, dar a conhecer ao povo de nossa terra, um plano de Governo calcado em bases práticas, racionais e objetivas, e que possa ser cumprido a curto, longo ou médio prazo, mas que traga, efetivamente, beneficios objetivos para o Estado.

Podem alguns srs. Deputados argumentar que em certos setores já se notou a movimentação do Governo. Porém pedimos neste momento, desta tribuna, um plano global de desenvolvimento, um plano que atenda todos os setores sob o jugo e as ordens do Poder Executivo, e não simplesmente setores específicos.

Queremos, efetivamente, todos querem uma solução técnica, um planejamento que venha de encontro ao sinteresses do povo de nossa terra.

Já dissemos nesta Assembléia e voltamos a repetir neste momento, uma frase do Apóstolo Paulo que afirmava :nem tudo que é justo edifica”.

Não seria oportuno, simplesmente realizarmos criticas ao Chefe do Poder Executivo, se destas criticas, se destas considerações e destas observações nada houvesse de positivo. Porém, a infra-estrutura do Poder Legislativo não nos dá condições para a contratação de técnicos, por parte desta Assembléia, a fim de assessorar-nos na consecução de um plano desta natureza. Desta forma,

resta apenas o apêlo para que prevaleça o bom senso e que S. Exa., dentro do mais breve tempo, envie uma Mensagem, dê à opinião pública uma idéia do que será seu plano de Governo para o Estado do Paraná.

Há pouco, usando da palavra, o sr. deputado Cândido Martins de Oliveira fez alusão à demissão do jornalista Pietrobelli de cargo que ocupava na Fundepar. Como jornalista profissional, em primeiro lugar, em segundo lugar por conhecer a figura de Pietrobelli e, em terceiro lugar por conhecer o muito que fez em prol da Fundação Educacional do Paraná e efetivamente em prol de nosso Estado, também sou obrigado a caracterizar, neste instante, a nossa desconfiança, a nossa estranheza pelo fato, uma vez que o jornalista, já salientado, muito realizou pela Fundepar e pela Educação do Estado do Paraná.

Mas o eminente Líder do Governo nesta Casa, o nobre deputado João Mansur, esclareceu a todos que, amanhã, prestará os devidos esclarecimentos a respeito da demissão, a fim de que não paire qualquer dúvida sobre a forma como se conduziram os responsáveis pela Fundação, na decisão anunciada.

Mas além da denúncia trazida à esta Casa pelo sr. deputado Antônio Belinati, que se referiu à dispensa na CREDIMPAR, por ordem política, vamos trazer agora ao conhecimento de todos, uma denúncia muito mais grave, a respeito de determinados fatos que estariam ocorrendo na Fundação Hospitalar do Paraná. Fatos que chegaram ao nosso conhecimento na última semana, mas que vamos trazer à público, uma reportagem publicada pelo "O Estado do Paraná". Gostaria de ler alguns trechos da reportagem onde, sob o título "Terrorismo contra médicos da Saúde Pública", narra fatos ocorridos na gestão do seu atual responsável, o médico Altino Ferreira.

(Lendo): "1.º — O pediatra Ivan Fontoura, que teve dois anos de especialização nos Estados Unidos, em hidratação e administração hospitalar, pediu demissão após ser transferido para o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho.

2.º — Oobstetra e ginecologista Joel Temporal, foi transferido do Hospital Vitor do Amaral para o Leprosário São Roque, ficando impedido de dar plantão e atender os seus casos particulares.

3.º — O médico Estanislau Skron foi demitido por recado e, quando quiz saber a razão, se é que houve alguma, não conseguiu falar com o Diretor da Fundação.

4.º — O proctologista Ludovico Rydygir, com 4 anos de estágio e cursos de especialização nos Estados Unidos, após 18 anos de serviço, foi removido do Hospital de Crianças, e pôsto à disposição da Secretaria de Saúde (que não possui serviços hospitalares).

5.º — O pediatra Plínio de Matos Pessoa, com sua equipe de berçaristas, foi proibido de prestar serviços gratuitamente no berçário do Hospital Vitor do Amaral. Para esse berçário foram nomeados outros médicos com ônus para a Fundação Hospitalar do Paraná.

6.º — O obstetra e ginecologista Paulo Bittencourt (Diretor do Hospital Vitor do Amaral na ocasião do arrombamento de gavetas), foi proibido de frequentar o Hospital Vitor do Amaral.

7.º — O cirurgião torácico Benedito Bernard Filho, foi designado para prestar serviços no Sanatório da Lapa, onde não há serviço de anestesia, nem condições para cirurgia.

8.º — O cirurgião Néilo Senta, foi transferido para o Leprosário São Roque, onde, evidentemente, não dispõe de condições para desempenhar as suas atribuições.

9.º — Sem qualquer justificativa, foi demitido o médico Holtz, chefe do Serviço de Concorrência da Fundação Hospitalar do Paraná.

10 — A pediatra Emy Hueda, com cursos de especialização em São Paulo, foi transferida do Hospital de Criança para o Hospital Oswaldo Cruz, onde deverá atender doenças infecto-contagiosas.

11 — O cardiologista do Hospital Oswaldo Cruz, sr. Pedro Micheloto, foi transferido para o "Serviço da Raiva".

12 — O oftalmologista Antônio Samara que prestava serviços no Hospital de Crianças, foi designado para atender dois dias por semana na Colônia São Roque (Leprosário), distante 32 quilômetros da Capital; dois dias por semana no Hospital Adauto Botelho. E dois dias por semana permanecerá no Hospital de Crianças".

Os dois principais hospitais para os quais foi designado, não apresentam condições de trabalho, por falta de aparelhamento especializado, serviço de anestesia ou material cirúrgico.

Estes fatos, eminentes srs. Deputados, precisam ser apurados.

Há necessidade de que venha a esta Casa uma exposição de motivos, justificando as razões pelas quais essas medidas foram tomadas. Poderá parecer que este Deputado no momento defende um grupo de funcionários. Mas, pelo contrário, e sempre que fôr preciso, defenderemos qualquer grupo, desde que haja desmandos, perseguições desta ordem. Atitudes que, além de conflitar em princípio, à primeira vista não deixa de ser um desrespeito flagrante à figura humana. E se fatos dessa natureza se repetirem, em grupos isolados como os que tivemos ocasião de denunciar desta Casa, terho certeza que maiores aberrações poderão ser praticadas daqui para a frente.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A propósito de V. Exa. estar se referindo ao funcionário público, embora a correlação não seja muito grande como a matéria abordada por V. Exa., mas, tendo em vista também a referência feita por V. Exa. que possivelmente amanhã, o eminente Líder da maioria dará a esta Casa esclarecimentos sobre demissão de funcionários, gostaria de, através deste aparte, deixar consignado sem, em absoluto, qualquer segundia intenção, que a eminente Liderança esclarecesse também desta data, estão recebendo rigosamente em dia seus vencimentos, e se já receberam todos os seus atrasados. Este aparte tem fundamento no fato de que S. Exa. o sr. Governador do Estado, na sexta-feira anterior a esta última, num programa de televisão, através do canal da TV Coroados de Londrina, anunciou que até o último dia do mês em curso, os funcionários estariam com os seus pagamentos em dia, e recebendo normalmente seus vencimentos.

Era o aparte que queria dar a V. Exa..

O SR. MAURICIO FRUET — Nós agradecemos o aparte formulado por V. Exa., e temos a certeza de que o eminente Líder da Aliança Renovadora Nacional, na sessão de amanhã da Assembléia Legislativa, além dos esclarecimentos já prometidos a respeito da demissão injusta imposta ao jornalista Pietrobelli, além das injustas demissões apontadas desta Tribuna, na Credimpar, pelo sr. deputado Belinati, além da denúncia formulada a respeito de ocorrências desagradáveis, sobretudo os aspectos verificados na fundação Hospitalar do Paraná, S. Exa. o Líder do Governo, não se furtará de informar também a esta Casa, e ao Povo do Paraná, se efetivamente têm fundamento as declarações prestadas por S. Exa. o sr. Governador, em entrevista à TV Coroados de Londrina, canal 3, segundo a qual os funcionários públicos do Estado do Paraná estavam rigosamente em dia.

Esta Casa, amanhã, por certo, terá a resposta do eminente Líder da Aliança Renovadora Nacional, sr. deputado João Mansur. Agradecemos aos srs. Deputados a atenção, e à Mesa os nossos mais profundos agradecimentos. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do deputado federal sr. Zacarias Seleme.

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Quielse Criosótopo, constante do Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 54-71, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 54-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido, ao General Emílio Garrastazu Médici, Excelentíssimo Presidente da República, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-5-71.

(aa) — **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente, **Wilson Brandão** — Relator, **Pinto Dias**.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 47-70, de autoria do dep. Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à Aprendizagem Industrial, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P.. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 52-70, de autoria do dep. Armandino Queiroz, que autorizou o Poder Executivo a criar o Ginásio Estadual no Distrito de Malú, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P.. — com **Substitutivo.** — **Aprovado artigo por artigo**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 20-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio através do D.E.R., com o Município da Lapa, para construção de uma ponte de alvenaria sobre o rio Passa Dois. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 20-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele Município a Bacia Leiteira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1.970,

a) **Leonoldo Jacomel**

JUSTIFICATIVA:

O convênio que ora se pretende autorizar, é de grande alcance, tendo em vista que a Bacia Leiteira recém instalada no Município da Lapa, trará a esta Capital, grandes e inestimáveis serviços, ainda mais, sabendo-se que virá suprir de maneira satisfatória, o mercado agro-pecuário.

Por outro lado, é inegável que referida região experimentará sensível progresso, que é a grande meta da administração estadual.

Somente estas razões autoriza-nos a apresentar o presente Plano de Lei, o qual submetemos à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 20-70

AUTOR: Dep. Leopoldo Jacomel

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele Município a Bacia Leiteira.

PARECER

Pelos termos em que vem vazado o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, trata-se, é evidente, de simples autorização ao Poder Executivo.

2) Em tais circunstâncias, não fere o mesmo qualquer disposição de ordem constitucional ou legal. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3) Por outro lado, a proposição vem articulada e devidamente justificada, segundo o que determina o Regimento Interno.

4) Face a tais razões, somos pela aprovação do projeto.

E o parecer

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1.970.

a) **Emilio Carazzai** — Presidente, **Ivo Tomazoni** — Relator, **Alencar Furtado**, **Paulo Poli**, **Paulo Camargo**, **Armando Queiroz**

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 20-70

Objetiva o nobre Deputado com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal da Lapa, para a construção de uma ponte sobre o rio Passa-Dois.

Firmar convênio é atribuição do senhor Governador, conforme dispositivo constitucional. Portanto o projeto está em perfeitas condições de ser apreciado, não sofrendo implicações de ordem financeira.

Assim sendo opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.970.

sa) **Roberto Galvani** — Presidente, **Silvio Barros** — Relator, **Roberto Wypych**, **Paulo Poli**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei n. 20-70

O presente Projeto de Lei vem articulado e devidamente justificado, tudo de acordo com o Regimento Interno.

Firmar convênio é da competência exclusiva do senhor Governador, conforme o que dispõe o art. 47, item IX, da Constituição do Estado.

Quanto a sua oportunidade, não resta a menor dúvida que esta ponte é de grande necessidade para os moradores da Lapa, muito especialmente para a Bacia Leiteira daquele importante Município.

Pelas razões expostas manifestamo-nos pela aprovação do Projeto em estudo.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em

aa) Lázaro Dument — Presidente, Antônio Maciel — Relator, Borsári Neto, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 76-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Nossa Senhora da Penha, do Município de Corbélia, um Curso Ginásial. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 76-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na localidade denominada N.S. da Penha, no município de Corbélia, um curso ginásial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.970

a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

A localidade de N.S. da Penha, a rigor, reúne condições municipais. No entanto, apesar de grande população juvenil, preparada pelos cursos primários, inexistente um estabelecimento de ensino ginásial.

Dessa forma, muitos estacionam, enquanto que outros, melhores dotados financeiramente, demandam a sede do município de Corbélia, em busca de ensino subsequente ao primário.

Há condições para a instalação do curso, este é o fundamento do projeto e sua maior justificação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI N. 76-70**

AUTOR: Dep. Túlio Vargas.

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade de N.S. da Penha do Município de Corbélia, um curso ginásial".

P A R E C E R

1) De autoria do nobre Deputado Túlio Vargas, visa este projeto autorizar o Poder Executivo a criar na localidade de N.S. da Penha, do Município de Corbélia, um curso ginásial.

2) Referido projeto vem articulado e devidamente justificado, atendendo disposição expressa do Regulamento Interno.

3) Tratando-se de simples autorização legislativa, como na verdade se trata, não fere qualquer preceito, quer de ordem legal, quer ne ordem constitucional. Quanto a sua oportunidade, está expressa na justificativa.

4) Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de junho de 1.970

aa) Emílio Carazzai — Presidente, Ivo Thomazoni — Relator, Armando Queiroz, Alencar Furtado, Luiz Cruz

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA **PROJETO DE LEI N. 76-70**

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade de N.S. da Penha, Mun. de Corbélia, um Curso Ginásial.

P A R E C E R

I — De autoria do nobre ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, objetiva

este plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar um curso ginasial, na localidade de N.º da Penha, Mun. de Corbélia.

II — A necessidade da criação do pretendido curso ginasial, está caracterizada na justificação do projeto, merecendo, pelas razões alegadas na mesma, o nosso pronunciamento favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1.971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente, Arizone Araújo — Relator, Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela aniversário de fundação do Município de Sertanópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela assunção do prof. Algacyr Munhor Mäder, na Reitoria de nossa Universidade Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do 9.º aniversário do programa "Entre nuvens", apresentado pela TV Paranaense Canal 12. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante de Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Ministro dos Transportes, ao Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e ao Secretário dos Transportes do Paraná, no sentido de que seja implantada no Porto de Parantaguá, uma cámbrea — guindaste flutuante, para carga e descarga de material pesado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício, em forma de apêlo, aos srs. Ministro da Agricultura e Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no sentido de isentar o pequeno proprietário rural do pagamento da taxa cobrada, a título de licença, para desmatção. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos srs. Ministro dos Transportes, Diretor do D.N.E.R., Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., solicitando o início imediato da construção da Avenida Contôrnô Norte, cuja obra poderia ser delegada ao D.E.R. do Paraná, fato que ensejaria maior brevidade à solução do problema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando sejam fornecidas pela Mesa, certidões. — **Será encaminhado ao sr. 1.º Secretário para os devidos fins.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício, em forma de apêlo, ao sr. Presidente Emilio Garrastazu Médici, ao governador Haroldo Leon Pêres e ao Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, no sentido de que as eleições gerais dos Partidos Políticos, já fixadas para os meses de setembro, outubro e novembro dêste ano, sejam transferidas para os meses de fevereiro, março e abril de 1.972. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Adiada a discussão do requerimento para a sessão de amanhã, conforme Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão e votação sobre o apresentado pelo sr. deputado Fuad Nacfi, versando sobre o mesmo assunto, embora com adjetivos diversos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando que antes de se constituir a Comissão Especial requerida para tratar junto ao Ministério dos Transportes, da pavimentação e asfaltamento das rodovias BR-369 e BR-272, que a Casa haja por bem solicitar ao Departamento de Estradas de Rodagem, informações sobre a situação em que se encontram aquelas rodovias, visto terem sido delegado poderes ao mesmo, pelo Ministério dos Transportes, através do D.N.E.R., para execução das obras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando sejam suas faltas justificadas, referentes às sessões dos dias 5, 17, 24 e 26. — Ao sr. Secretário para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º de junho, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Redação Final — do Projeto de Lei n. 44-70;
 - 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 52-70;
 - 2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 20-70, 76-70;
 - 1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 130-70.
- Levanta-se a Sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N. 337-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2.960, de 14 de maio de 1.971, deste Poder,

R E S O L V E:

Lotar Durcilia Prestes dos Santos, do Departamento Legislativo, Divisão de Taquigrafia.

Gabinete da Diretoria Geral em 28 de maio de 1.971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

1a. Sessão Legislativa

7a. Legislatura

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e um, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão Especial de Reforma da Constituição, presidida na forma do Regimento Interno pelo senhor deputado Emílio Carazzai e com a presença dos senhores deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Neto, Gilberto Carvalho e Muggiati Filho. Aberta a sessão, o senhor presidente declarou livre a palavra para que os senhores deputados membros pudessem fazer suas indicações dos candidatos à presidência e Vice-presidência da Comissão. Usando a palavra, o senhor deputado Armando Queiroz, presta homenagem ao senhor deputado Emílio Carazzai, dizendo da dedicação e zelo daquele parlamentar quando do exercício da presidência de outros órgãos

técnicos desta Assembléa, indicando o nome do deputado Carazzai, para a presidência da Comissão. A indicação foi aceita pelos demais membros presentes que o elegeram por aclamação. O deputado Emilio Carazzai, agradece desvanecido e honrado a escolha de seu nome para o cargo, dizendo de seus propósitos de bem conduzir os trabalhos. A seguir o senhor presidente consulta os senhores deputados membros sôbre a eleição do Vice-presidente. O senhor deputado Borsari Neto, é indicado pelo senhor deputado Gilberto Carvalho, no que é acompanhado pelos demais membros. Eleito, o deputado Borsari Neto, agradece. Após, o senhor presidente, indica relator da matéria o senhor deputado Armando Queiroz de Moraes, que por sua vez usa a palavra afirmando dedicar todo o seu trabalho em benefício do relatório e parecer que firmará. Pela Ordem, pede a palavra o senhor deputado Muggiati Filho, solicitando da presidência que as reuniões da Comissão sejam marcadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas. Respondendo a questão de Ordem, o senhor presidente informa ser sua norma de conduta marcar reuniões na forma pretendida pelo senhor deputado Muggiati, que é a mesma preconizada pelo Regimento Interno da Casa. A seguir o senhor presidente determinou ao secretário a expedição de ofício à presidência da Assembléa Legislativa, comunicando a constituição e instalação da Comissão, bem como para o senhor primeiro Secretário desta Assembléa no sentido de colocar à disposição desta Comissão, funcionários dêste Poder, para que os trabalhos possam se desenvolver de acôrdo com os prazos regimentais. Deixada a palavra livre, nenhum senhor deputado manifestou desejo de usá-la. Por êsse motivo, o senhor presidente deu por encerrada esta reunião de instalação, da qual extrai a presente ata, que após lida, discutida e achada conforme, será por mim e pelo senhor presidente assinada para que produza os efeitos da lei.

aa) Emilio Carazzai — Presidente.

Alberto Carazzai Neto — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

1.a Sessão Legislativa

7.a Legislatura

ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de mil e novecentos e setenta e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de reforma da Constituição, presidida pelo senhor deputado Emilio Carazzai e com a presença dos senhores deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Neto, Gilberto Carvalho e Sebastião Rodrigues. Constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou aberta a reunião, solicitando ao Secretário que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior. Lida a Ata, como nenhum senhor deputado quisesse discutí-la, o senhor presidente deu-a por aprovada. Deixada livre a palavra, dela fêz uso o deputado Armando Queiroz, que na qualidade de relator, leu o substitutivo oferecido à proposição 15-71. Após a leitura, salientou o deputado Armando Queiroz, que tudo o que foi por êle lido e dito, estava incorporado ao substitutivo geral entregue ao senhor presidente naquêlo momento. A seguir o senhor presidente colocou em discussão o parecer oferecido pelo deputado Armando Queiroz. Pela ordem, o deputado Sebastião Rodrigues, solicita vistas do processo, com a finalidade de poder oferecer sua opinião a respeito do substitutivo. Também, pela Ordem, o deputado Gilberto Carvalho, encaminha pedido de vistas. Em resposta, o senhor presidente lê o parágrafo 8.o do artigo 60 do Regimento Interno: "Aos membros da Comissão que pedirem vistas, será concedido um prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um membro da Comissão, será dada em comum e pelo mesmo prazo". Salientou ainda o senhor presidente, que no caso o processo deve permanecer para exame por parte dos senhores deputados, no recinto desta Assembléa. O

senhor deputado Sebastião Rodrigues, prossegue, dizendo, que nestas condições, a Assembléia terá que permanecer aberta sábado e domingo. O senhor presidente acata, acrescentando que, os funcionários designados para compor o grupo de trabalho desta Comissão, guardarão plantão durante setenta e duas horas, até que o prazo se expire, quando então a Comissão se reunirá para tratar do assunto. Pela Ordem, o deputado Sebastião Rodrigues, afirma que, o Código de Processo Civil, estabelece a contagem de tempo, no caso de início no domingo será acrescida de um dia útil, e por analogia entende, quando iniciado sábado, o acréscimo de dois dias, achando ainda que, a não concessão do prazo pretendido é passível de interpretação diferente. Solicita ainda o registro em ata do seu pensamento a respeito, bem como seja extraída certidão da Ata desta Reunião, constando a discordância do Movimento Democrático Brasileiro, na interpretação oferecida à concessão dos prazos. O senhor presidente, deferindo o pedido de vistas e o pedido de certidão, esclarece conferir o prazo de setenta e duas horas, pois o Regimento Interno não especifica ser contado o mesmo dia útil, entendendo pelo fato mesmo, ser o prazo improrrogável. Pela ordem, o senhor deputado Armando Queiroz, diz ter em mãos, matéria legal sobre o assunto, entendendo, pelo artigo 27 do Código de Processo Civil, que o prazo começa dia vinte e dois e encerra dia vinte e quatro excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento. O senhor Sebastião Rodrigues, salienta que a lei 1.408 de 1.951, preencheu lacuna existente no artigo citado, referindo-se ao sábado no caso de haver meio expediente. O senhor deputado Armando Queiroz, em aparte, salienta ser a lei específica, considerando que o prazo será iniciado no sábado e encerrado na segunda-feira às dezessete horas. O senhor Presidente, após consultar os senhores membros, resolve prorrogar até terça-feira, dia vinte e cinco às dezessete horas, quando então em reunião, já convocada, a matéria será discutida. Em virtude dessa decisão, o deputado Sebastião Rodrigues, abre mão do seu pedido de certidão da Ata. Nada mais havendo a tratar e convocando outra reunião para terça-feira, dia vinte e cinco às dezessete horas, o senhor presidente encerra esta da qual extrai a presente Ata, que após lida, discutida e aprovada será por mim e pelo senhor presidente assinada, para que produza os efeitos da Lei.

aa) **EMILIO CARAZZAI — Presidente**
ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

INTEGRA DOS DEBATES

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, tudo o que aqui foi dito e foi aceito esta incorporado no substitutivo anexo.

O SR. PRESIDENTE DEP. EMILIO CARAZZAI — Esta em discussão o parecer.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vistas ao processo para poder oferecer a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE — (Lê o § 8.º, do Artigo 60, do Regimento Interno).

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Gostaria de obter de V. Exa., apenas alguns esclarecimentos sobre o pedido de vistas em comum. Pergunto a V. Exa. como será tratada esta matéria em comum, ficará a cargo do MDB ou da outra bancada?

O SR. PRESIDENTE — O § 8.º, do Art. 60, do Regimento, diz: "Ao membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um membro da Comissão, será dada em comum pelo mesmo prazo".

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Mas o meu esclarecimento é sobre a maneira de como tratar em comum o referido parecer.

Eu pergunto se pode haver um entendimento entre eu e o deputado Gilberto Carvalho?

O SR. PRESIDENTE — Sim, mas não ao mesmo tempo. O processo poderá ser dividido, pois a matéria não será retirada da Casa, permanecerá na Secretaria à disposição de todos os Senhores Deputados.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Exato. O Regimento não restringe a saída do processo.

O SR. PRESIDENTE — Não restringe. Mas é a praxe estabelecida por esta Casa através de 20 anos. A matéria terá que permanecer aqui por três dias.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Nestas condições, a Casa terá que permanecer aberta sábado e domingo.

O SR. PRESIDENTE — Exato. Eu queria acrescentar isto: Os funcionários requisitados por esta Comissão e os demais necessários ao funcionamento da Casa estarão de plantão durante o dia de sábado e domingo, quando então, segunda-feira, às 17 horas, expirará o prazo da permanência da matéria. Esta Presidência, nesta data, convoca uma nova reunião para tratar do assunto.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — O Código do Processo Civil estabelece que a contagem do tempo, no caso de se iniciar no domingo, será acrescido de um dia útil. No caso de se iniciar no sábado, deveria ser acrescido, interpretando por analogia, de dois dias úteis.

Acho então que o princípio do Código Civil, que é aplicado na Casa, deveria também ser aplicado na interpretação dos prazos.

Acho, inclusive, que é matéria passível de interpretação diferente. De forma que gostaria que se consignasse em Ata o ponto de vista desse Deputado. E gostaria também de requerer certidão desta Ata, com a interpretação da Presidência e com a discordância deste Deputado.

O princípio do Código Civil que rege a matéria deveria ser o princípio orientador das decisões da Casa.

Era o que tinha a dizer, e requeiro a V. Exa. que seja expedida certidão da Ata e que fique consignado que o MDB discorda da interpretação do prazo.

Entendo que esse princípio é estabelecido pela Lei n. 1.408, de 1951, e, portanto, deveria prevalecer na interpretação dos prazos.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido de V. Exa. Mas, de acordo com o Regimento temos 72 horas, e não fala em dia útil. São três dias improrrogáveis.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Tenho em mãos matéria legal sobre o assunto. É da regra do Processo Civil e diz no artigo 27: "Na contagem dos prazos, salvo disposição contrária, excluir-se-á o dia do começo e se incluirá o dia do vencimento. Se cair em dia feriado, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil".

Pelo que entendo, aqui o prazo começa amanhã, encerrar-se segunda-feira. Excluir-se o dia do começo e incluir-se-á o dia do vencimento.

O SR. PRESIDENTE — Então a convocação será para terça-feira.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — A Lei 1.408, de 1951, veio esclarecer um lacuna que existia nesse artigo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — O dispositivo dizia que os prazos iniciais se comesçassem em sábado seriam prorrogados de um dia útil.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — A Lei se referia ao sábado no caso de haver meio expediente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — A Lei é específica.

V. Exa., sr. Presidente, tinha fixado o prazo.

O SR. PRESIDENTE — Este prazo é passível de alteração, desde que um estudo venha aprimorá-lo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Então achamos que o prazo se iniciará no sábado e findará na segunda-feira, às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE — Ficaria convocada a Comissão para se reunir segunda-feira. Se V. Exas. acharem tempo suficiente para um estudo acurado da matéria sugiram a hora mais propícia. Estarei à disposição dos srs. Deputados.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Então logo após a sessão, às 17 horas. Sr. Presidente, abro mão de meu pedido de certidão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, se a sessão se prorrogar além das cinco horas?

O SR. PRESIDENTE — Não precisaríamos permanecer na sessão, a não ser que matéria de muita importância estivesse sendo votada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos srs. Membros e deixo convocada outra reunião para terça-feira, às 17 horas.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

1.a Sessão Legislativa

7.a Legislatura

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Reforma da Constituição, presidida pelo senhor deputado Emilio Carazzai e com a presença dos senhores deputados membros: Armando Queiroz, Gilberto Carvalho, Borsari Neto e Muggiatti Filho. A reunião contou ainda com a presença dos deputados não membros da Comissão: Cândido Manuel de Oliveira, Nivaldo Kruger, Sebastião Rodrigues, Maurício Fruet, Alvaro Dias e João Mansur. Constatada a presença de todos os senhores membros, o senhor presidente deu por iniciada a reunião, convocada na forma do regimento Interno. O senhor presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da Ata da Sessão Anterior. Lida a ata e como nenhum senhor deputado quisesse discutí-la, foi a mesma aprovada. A seguir passou-se à leitura do Expediente, do qual constava memorial enviado à Comissão pelo senhor deputado Muggiatti Filho. A seguir o senhor presidente deixou livre a palavra, comunicando que os membros da Comissão teriam o prazo de uma hora para discutir o substitutivo apresentado e os senhores deputados não membros, utilizariam tempo em comum de uma hora e trinta minutos. Pela Ordem, o senhor deputado Muggiatti Filho, protestou contra a realização desta reunião, pois entendia que o prazo concedido expiraria às 24 horas e não as dezessete horas, entendendo que a sessão poderia ser anulada por ter cercado o prazo de vistas. O senhor presidente respondendo, disse ter sido o prazo concedido de setenta e duas horas e que esta medida se encontrava consignada em Ata, aprovada minutos atras, com o voto do senhor deputado Muggiatti Filho. Mesmo assim colocava o requerimento apresentado pelo senhor Muggiatti Filho, que pedia suspensão da reunião, em votação. Colocado em discussão, pediu a palavra para encaminhar a votação o deputado Muggiatti Filho. Colocado em votação o requerimento foi REJEITADO. O senhor presidente prosseguiu a reunião, deixando a palavra livre pelo prazo de uma hora e trinta minutos, durante os quais os senhores deputados não membros da Comissão poderiam apresentar suas opiniões. O senhor deputado Cândido Martins de Oliveira, pediu a palavra, não que foi atendido, agradecendo inicialmente à presidência desta Comissão a deferência e oportunidade que lhe foi dada de tecer considerações à respeito da proposição. Durante uma hora e quinze minutos, falou o senhor deputado Cândido Martins de Oliveira, tendo sido aparteado por diversos outros senhores deputados. A seguir, solicitou a palavra o senhor deputado Nivaldo Kruger, que durante os quinze minutos restantes teceu considerações à respeito da matéria colocada em discussão. Terminado o tempo dado aos senhores deputados não membros, o presidente da Comissão, colocou em discussão o parecer do senhor deputado Armando Queiroz. O senhor Muggiatti Filho, pela Ordem, requer da

presidência, fundamentado no artigo 102 do Regimento Interno, que o parecer fôsse colocado em discussão emenda por emenda. O senhor presidente, respondendo, diz ao senhor deputado Muggiati Filho, que a preferência a que o deputado fazia menção era para a emenda substitutiva. Diante da decisão da presidência de prosseguir a discussão do substitutivo, o senhor deputado Muggiati Filho, recorreu ao plenário da decisão da presidência. Colocado em discussão o recurso do senhor deputado Muggiati Filho, nenhum senhor deputado quiz discuti-lo. Em votação. O senhor deputado Muggiati Filho solicitou a palavra para encaminhar a votação. Encaminhada a votação, o senhor presidente consultou os votos dos senhores membros presentes que negaram acolhida ao requerimento. O senhor presidente, coloca em discussão o parecer na forma do substitutivo do senhor deputado Armando Queiroz. Pediu a palavra para discutir, o senhor deputado Muggiati Filho, que durante o transcorrer da sua explanação recebeu apartes. Findo o tempo destinado aos deputados membros, para discutir a matéria, o senhor deputado Muggiati Filho, solicitou prorrogação de dez minutos, no que foi atendido pela presidência. Esgotado o tempo, do senhor deputado Muggiati Filho, o senhor presidente consulta aos demais membros da Comissão se desejam discutir. Como nenhum senhor deputado membro manifestasse desejo de usar a palavra, o senhor presidente, colocou em votação. Para encaminhar a votação, solicita a palavra o senhor deputado Muggiati Filho, no que é atendido. Encaminhada à votação, a presidência consulta os senhores deputados membros a fim de conhecer seus votos. O senhor deputado Borsari Neto, vota com o relator, no que é acompanhado pelo senhor deputado Gilberto Carvalho. O senhor deputado Muggiati Filho, vota em separado, na forma do memorial enviado à presidência. A proposição 15.71, de autoria do Poder Executivo, na Forma do Substitutivo oferecido pelo relator, deputado Armando Queiroz, é APROVADA. A seguir o senhor presidente informa os senhores deputados membros que, a matéria, caso aprovada em plenário da Assembléia, deverá retornar à Comissão Especial para elaboração da sua Redação Final, salientando que caso isso ocorra, a convocação para a reunião será feita com vinte e quatro horas de antecedência. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, extraída das notas taquigráficas, que anexamos, a qual, após lida, discutida e aprovada, será por mim e pelo senhor presidente assinada para que produza os efeitos da Lei.

aa) EMILIO CARAZZAI — Presidente

ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

ÍNTEGRA DOS DEBATES

O SR. PRESIDENTE — Com a presença da totalidade dos membros da Comissão, declaro abertos os trabalhos.

O sr. Secretário procederá à leitura da Ata da reunião anterior.

(É lida a Ata).

Em discussão a Ata. — Aprovada.

O sr. Secretário fará a leitura do Expediente.

(É lido o Expediente)

Está livre a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Quero comunicar aos srs. Deputados, membros da Comissão, que por decisão da Presidência, apoiada no Regimento Interno da Casa, os srs. Deputados terão uma hora e meia para discussão genérica da matéria. Passando esse tempo, cada membro da Comissão terá direito a uma hora para discutir a matéria.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, desejo pedir a palavra para uma preliminar. Não vou discutir a matéria.

Pedi a palavra para concluir um assunto iniciado em Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Já que o sr. Presidente da Comissão deliberou que temos uma hora e meia para discutir, preliminarmente, a matéria, depois teremos uma hora. Tenho a impressão que muitos dos srs. Deputados presentes têm interesse em discutir a matéria. Gostaria então, que fôsse determinado quantos minutos serão concedidos a cada um dos srs. Deputados.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, estou falando em questão de ordem. De modo que acredito que tenho, pelo menos, 10 minutos para esta preliminar.

Ocorre, sr. Presidente, que eu havia dito em plenário que V. Exa. concedeu, e concedeu bem, vistas pelo prazo de três dias, do projeto em discussão aos nobres deputados Gilberto Carvalho e Sebastião Rodrigues, a partir de 22 de maio pe 1971.

Em nosso entendimento, *data venia*, o prazo de vistas do processo ainda não expirou, e nós estamos reunidos como se ele já houvesse expirado.

Quanto à questão da contagem de prazo, parece fora de dúvida, e mesmo o próprio ilustrado despacho de V. Exa., sr. Presidente, diz: "improrrogável a partir de 22.5-71. Então, teríamos 23, 24 e 25. No entanto, a que horas termina o prazo? Este prazo, segundo nos ensina Alderico Pires dos Santos, terminaria às 18 horas. E segundo te madotado esta Casa, terminaria às 24 horas de 25.

Então, logicamente, a sessão foi antecipada e está cerceando o prazo que está decorrendo para vistas do processo aos interessados. E creio que isto se aplica à matéria, porque não temos legislação específica. O Código estabeleceu os dias de prazo para prática de atos jurídicos. Não esclarece se são os comuns do calendário, se começam pelo horário que os mesmos atos judiciais podem ser praticados. Como vê V. Exa. a matéria é delicadíssima. O próprio Código de Processo Civil não disciplina inteiramente. Fica mais ao arbítrio dos interessados, porque os atos judiciais podem ser praticados de 6 às 18 horas, de acôrdo com o artigo 5.º, ou ainda o horário compreendido dentro do expediente forense. Dentro desse período, podem ser praticados atos judiciais, exceção quanto à penhora que se pode realizar até às 20 horas dos dias úteis e domingos e feriados, inclusive.

De modo que, segundo se depreende do emérito doutrinador citado, nós se fôssemos aceitar a sua teoria, que os atos podem ser praticados das 6 até às 18 horas, o processo estaria com vistas na Comissão até às 18 horas. Se o processo se acha com vistas na Comissão e V. Exa. antes disso convocou uma reunião para esta data, quando ainda não havia se vencido do prazo para que a Comissão usasse dele como bem entendesse, com vistas do processo que me parece, *data venia*, sem embargo da ilustrada Presidência, sem embargo dos méritos de V. Exa., como Presidente desta Comissão e como um dos Deputados mais antigos desta Casa e um dos Deputados mais cultos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Obrigado a V. Exa., pela generosidade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas V. Exa., sem se ater a esse problema de grande suscetibilidade judicial cerceou os Deputados que estão com vistas do processo porque se a eles coubesse para citar um exemplo uma solicitação no sentido de uma diligência essa diligência já poderia estar praticamente obstruída porque haveria esta reunião marcada da Comissão, que de qualquer forma está sendo obstruída, principalmente por isso, porque se está subtraindo o direito de vistas na sua totalidade.

Houve vistas do projeto, e segundo se adota na Casa, o prazo é contado por dias e vai até às 24 horas. Foi assim que o Plenário decidiu com relação ao prazo de 3 dias, para apresentação ed emendas. A Comissão aceitou que, ao invés de ser determinado o prazo por horas, o fosse por dias. Se o prazo em dias se vence as 24 horas, então eu entendo que daqui até

a Comissão assim o fez, e se esta Casa também à decidiu em Plenário, que às 24 horas de hoje estão sendo subtraídos direitos dos Deputados que têm vistas neste projeto, de estudarem a matéria.

Eu não vou entrar no mérito dessa preliminar que seria a condição em que estamos estudando esse projeto na sala das Comissões, envolvidos pelos trabalhos materiais da Comissão, mas entendo que existe então, uma nulidade eivando esta reunião. Entendo que esta reunião poderá ser anulada por ter cerceado o prazo de vistas concedido aos Deputados, tendo em vista o que decidiu o Plenário desta Casa, com relação a contagem do prazo por dias, entendo em vista que isso tudo significa um cerceamento de direito de vista do projeto ao deputado Sebastião Rodrigues, que é meu ilustre suplente, e a mim próprio que reassumi minhas funções nesta Comissão, ao nobre deputado Gilberto Carvalho que também não deve ter tido tempo necessário para estudar o processo.

Como bem vêem, são detalhes que interessam ao legislador. Não uso, quero deixar dito nesta preliminar, obstrução visando única e exclusivamente procrastinar o andamento de qualquer matéria, mas sim propiciar tempo necessário a que isto seja discutido e estudado.

Temos, tendo em vista certas coisas que estão sendo relegadas a outros planos, que deixar marcado nesta Casa que aqui se armou uma barricada em favor da legitimidade, de aplicação exata da lei. eS estamos aqui a elaborar leis, deveremos ser os primeiros a respeitar, até acima da lei, a própria lei, porque a lei não é outra coisa do que o bom senso. Este bom senso não deve ser negado àquele que tiver necessidade de se manifestar sobre o projeto.

Entendo que a vista dêste projeto deveria ser de três dias para cada membro da Comissão que houvesse por bem solicitar pela importância desta matéria.

Não somos, como pretendeu o ilustre líder da maioria, contra o projeto pelo simples fato de sermos oposição. Não somos oposição pelo simples fato da maioria pertencer à Aliança Renovadora Nacional. Se neste Governo estivesse a sigla do Movimento Democrático Brasileiro e viesse a esta Casa este projeto nas mesmas condições que aqui se apresentou este, com os mesmos erros, não seria pelo fato de pertencermos à sigla do homem que representava o Poder dominante que iríamos apoiá-lo.

Infelizmente hoje aqueles que procuram agir com sinceridade, lealdade e defender seus princípios são, muitas vezes, taxados de opositores sistemáticos. Não achamos que exista terreno em nosso país para oposição sistemática e destrutiva.

O SR. PRESIDENTE — Quer parecer-me que V. Exa. está fugindo da questão de ordem e nesta discussão não cabe ao Presidente manifestar-se. Se estou sendo impertinente nesta intervenção, queira me desculpar, mas tenho a impressão que V. Exa. está fugindo daquilo que pretendeu no início de suas palavras.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não estou fugindo, porque especificamente o que estou dizendo não se refere ao prazo, mas diz respeito à parte principal que é o cerceamento do direito. Este cerceamento do direito quando é defendido tem sido taxado, pela maioria, como oposição sistemática.

Quando em plenário vai falar um Deputado da minoria já vêm pronunciamentos no sentido de dizer — já sabemos que V. Exa. é contra o projeto. Estamos justificando para que não pareça a V. Exa. e aos demais membros da Comissão que estamos fazendo oposição sistemática.

Para que nosso requerimento e o nosso protesto não seja interpretado como oposição sistemática, porque somos minoria, é que solicitamos que se suspenda a reunião e seja designada outra na forma do Regimento Interno, porque esta reunião realizada nesta data implica, em termos gerais na elaboração de um ato eivado de nulidade plena de direito, por cercear o prazo de vistas concedido aos Deputados interessados no exame do Projeto.

O sr. Armando Queiroz — (Pela ordem). Simplesmente, o sr. Deputado Muggiati Filho trouxe para o âmbito desta Comissão matéria que S. Exa. já discutiu em Plenário. Daí por que também pretendia fazer o mesmo para que fique constando das atas de nossos trabalhos. Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, que ao colocar em discussão o Parecer que eu apresentei, V. Exa. deu um prazo de 72 horas para o pedido de vistas.

O SR. PRESIDENTE — Estão consignados em ata.

O sr. Armando Queiroz — Posteriormente, Sr. Presidente, graças à intervenção de vários srs. Deputados, inclusive do sr. Deputado Sebastião Rodrigues e mais por interferência, por solicitação dêle, V. Exa. acatando a argumentação aqui expendida na sua qualidade de Presidente, prorrogou-se o prazo por mais um dia. Ao invés de 72 horas concederam-se 96. Portanto, sr. Presidente, eu não vejo mesmo como possamos nós aqui estar praticando um ato de cerceamento.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem do sr. Deputado Muggiati Filho, eu irei repetir o que já declarei em Plenário, e o que foi acrescentado agora pelo Sr. Armando Queiroz. Repito ainda que se não fui agraciado com a cultura jurídica de V. Exa., mesmo porque as nossas profissões são diferentes, tenho para com V. Excia. o maior respeito, a maior admiração e o maior acatamento, por todos os trabalhos que V. Exa. vem revelando, sem surpreender. Eu já conheço a sua capacidade intelectual, a sua honestidade, a sua dignidade. No entanto, eu não posso aceitar de V. Exa., que não o fez com qualquer sentido distorcido, quando disse que esta Presidência cerceou os prazos concedidos aos srs. Deputados que solicitaram vistas. Sei que V. Exa. não usou de malícia, sei que V. Exa. quer que os trabalhos transcorram dentro da legalidade, da normalidade, da constitucionalidade. E, quase que ressentido de V. Exa. ter usado o verbo cercear, que não foi cerceado, nobre Deputado, infelizmente V. Exa. não estava aqui, a ata foi aprovada, a convocação para as 5 horas da tarde de hoje foi posta em discussão e aprovada e a contagem de tempo foi alongada e não restringida. O fato de a matéria permanecer na Casa, não foi só a praxe, era que ficaria conturbado, os próprios Deputados que solicitaram vistas iriam se sentir embaraçados vai para minha casa, vai para a sua casa... O processo ficou à disposição na Casa, de todos os srs. Deputados. Se V. Exa. aprovou também a ata da convocação desta reunião para as 17 horas de hoje não vejo porque concordar, muito embora vá colocar o requerimento em votação, com a suspensão da reunião de hoje. E, assim sendo srs. Deputados, ponho em votação o Requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, que pretende a suspensão dos trabalhos desta reunião.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, por 10 minutos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nós retomamos a palavra, principalmente, para que fique bem claro um ponto: isso, devido à grande consideração e admiração que tenho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu não disse que foi V. Exa. que cerceou; disse que foi o despacho de V. Exa. É um ato cuja repercussão implica em cerceamento, porque convocou, em nosso entendimento, em tese, uma reunião para quando ainda havia prazo de exame do projeto, pelo deputado que tem vistas.

Então, para que não fique, como disse pessoal; eu não personalizei; não foi em absoluto nesse sentido que nós nos propuzemos...

O SR. PRESIDENTE — Não interpretei assim.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas entendemos que também a aprovação da ata significa dizer-se que nós estamos aprovando a ata na sua forma mas não na sua fórmula. As fórmulas que ela contém, são coisas discutíveis. A ata é o retrato do que se fez na reunião. Se está retratado na ata o

que se fez na reunião, deve-se defendê-la, porque é o espelho da realidade; é a exata expressão do que aqui houve. Não significa dizer-se que eu esteja aprovando a matéria nela contida. Por isto estou fazendo esta ressalva. Porque entendo que no encaminhamento deste projeto, o fato de haver uma reunião quando ainda, segundo os preceitos de doutrina, existe prazo para ser examinada a matéria e mais assim como respondo ao ilustre relator, nobre deputado Armando Queiroz, o acôrdo, ou melhor o ato em que esta Presidência concedeu vistas por 3 dias, do projeto, a Requerimento do nobre deputado Sebastião Rodrigues, não constitui um favor da Mesa ou da Comissão, aos deputados que solicitaram vistas. Constitui uma interpretação certa. Porque, sob pena de se dizer que a Mesa ou a Comissão exorbitou de seus poderes. Não acredito que se pretendess isso. Acho que não se fez isso. Se concedeu o prazo, era questão de direito e isso não se aplica também em direito de outras questões serem levantadas. Se a Comissão agiu bem, considerando o prazo por 3 dias, ela deve respeitar se ainda não decorreu e ainda estamos em reunião, cessando o direito das partes a vista no projeto. Não sei se o meu nobre colega Gilberto Carvalho teria interesse em examinar os autos, ou proejto. Eu abandonei êste interesse porque a reunião foi marcada para as 17 horas. Se não houvesse reunião, eu possivelmente aqui estaria examinando o projeto.

Este cerceamento, não estou dizendo que foi ditado pela intenção, pelo erro humano. Absolutamente, é uma aplicação da lei, que foi feita no despacho de V. Exa. e que reduzida, em seus efeitos, nessa conclusão.

E não vai nisso qualquer referência pessoal. Mas, vai, sim, uma ponderação e um protesto de que esta reunião realizada e convocada para às 17 horas do dia de hoje, implica em cerceamento de vistas do processo.

E êste cerceamento poderia dar origem a fatos, ou a atos de outras naturezas, que possam, inclusive, submeter sob o vício judicial da legalidade, ou da ilegalidade, da constitucionalidade, ou não, dessa reunião, ou do parecer da própria Comissão. Se isto poderia interessar ao futuro, o problema é distanciado. O que é importante passível de, amanhã, ser levantada como um ato nulo.

Por isto, fizemos êsse requerimento, para que esta reunião fôsse convocada para às 20 horas de hoje. Mas, eu assim mesmo estaria em desacôrdo porque é contra tôda a prática processual despachar um processo fora do alcance do Presidente, concedida que fôra vistas do processo. Não está, portanto, o mesmo em poder do Presidente e sim daqueles que pediram vistas.

Imaginem os senhores, se um advogado pede vistas de um processo e enquanto não decorre o prazo permitido, o juiz marcasse uma audiência. Então, seria o próprio juiz a tumultuar o processo. E é contra êsse cerceamento que apresentei o meu requerimento. O fato é delicadíssimo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Questão de ordem) Eu desejava indagar da Presidência se êste tempo será descontado do prazo de uma hora e meia estipulado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Êste tempo será incluído.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas, é ato discricionário. Eu levantei esta questão de ordem. Não estou falando sôbre o projeto.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Ato discricionário meu?

O SR. MUGGIATI FILHO. — Não.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Muggiati Filho a sua questão de ordem foi respondida.

Posteriormente, V. Exa. apresentou um requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Meu requerimento está em razão desta questão de ordem.

Então, peço que V. Exa. se digne reconsiderar o despacho.

O SR. ARMANDO QUEIROZ. — Concordo com o nobre deputado Muggiati Filho que este tempo seja descontado, que não se considere este tempo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não é favor.

O SR. ARMANDO QUEIROZ. — Nem eu disse a V. Exa. que era favor.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Quero que fique claro para depois V. Exa. não alegar. E lamento ter de apartear V. Exa. dessa maneira. Tenho percebido as insinuações de V. Exa. em Plenário. V. Exa. disse em Plenário que eu era contra o projeto. Não sou contra o projeto, ou contra coisa alguma; sou, isto sim, a favor de alguma coisa.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Estou aqui, para, aduzindo as razões do nobre Deputado, concordar com a argumentação dele, que se dê esse tempo, que não se considere esse tempo.

O SR. MUGGIATI FILHO — E não é favor.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — E eu não disse a V. Exa. que fôsse favor.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas depois os senhores podiam alegar. Agradeço o aparte de V. Exa. e lamento ter que apartear-lo dessa maneira, porque tenho percebido essa intenção, percebi hoje no Plenário. Já disse aqui e quero dizer mais uma vez, porque disse na ausência do nobre líder, que eu não aceito essa expressão "já sabemos que V. Exa. é contra o projeto". Não sou contra o projeto, nem contra coisa alguma. Sou a favor de alguma coisa. É preciso que fique bem claro isso.

Então, sr. Presidente, a razão do nosso requerimento, nós reiteramos à Mesa, com as explicações necessárias, que a reunião não poderia ser convocada ainda para hoje, às 20 horas, por exemplo, que se admitiria, aí seria o prazo que o tratadista diz, segundo o qual já havia se expirado o prazo de vistas, porque o projeto se encontrava fora do alcance da Presidência. Não é questão de direito, mas de bom senso. Se o projeto não está ao alcance de V. Exa., porque está com vistas aos interessados, V. Exa. não poderia despachar convocando uma reunião para uma data dentro do prazo de vista do processo.

O SR. PRESIDENTE — A decisão foi tomada na reunião anterior, enquanto a Presidência estava de posse do processo. Não cabe à Presidência discutir.

Continua em votação o requerimento do deputado Muggiati Filho.

O Sr. Armando Queiroz — Voto contra.

O Sr. Borsari Neto — Voto contra.

O Sr. Gilberto Carvalho — Voto contra.

O SR. PRESIDENTE — Rejeitado o requerimento. Prossegue a reunião. Em discussão a matéria, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Armando Queiroz.

O Sr. Armando Queiroz — Indago de V. Exa. se é a partir desse ponto que V. Exa. começa a contar o tempo.

O SR. PRESIDENTE — Evidentemente, depois das considerações do deputado Muggiati Filho e de V. Exa., acho que não há desprimoramento algum em que não se compute o tempo passado. Será computado desse momento em diante.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Indago da Presidência se é a hora oportuna para o Deputado que não faz parte da Comissão usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Na abertura dos trabalhos anunciei que os srs. Deputados, que queiram discutir a matéria, o farão na primeira hora e meia. As horas que se seguirão serão destinadas aos Deputados componentes da Comissão, que terão uma hora, cada um, para discutir a matéria.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Peço a palavra. (É concedida).

Pediria que me fôsse enviado o projeto da Constituição e as emendas.

O Sr. Muggiati Filho — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. colocou em discussão o substitutivo ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE — Nesta hora e meia preliminar, está em discussão a matéria. Na hora subsequente, será apreciado o substitutivo.

Concedo a palavra ao deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Desejamos, inicialmente, agradecer à Presidência desta Comissão Especial a deferência e a oportunidade que nos dá em virmos à presença desta douta Comissão para tecer considerações a respeito da emenda proposta por S. Exa. o sr. Governador do Estado e, sobretudo, defender e justificar pessoalmente algumas emendas que tivemos a oportunidade de propor no escasso prazo de três dias dados aos Deputados pelo projeto de resolução aprovado pelo Plenário.

Inicialmente, sr. Presidente, srs. Deputados, gostaria de deixar consignado na ata da reunião desta Comissão aquilo que já tive a oportunidade de dizer no Plenário desta Assembléia Legislativa.

Entendo inoportuna a reforma da Constituição Estadual nesta época, uma vez que a Carta Magna, que rege e orienta os destinos do Estado do Paraná é de criação recente e obedeceu a determinações suplementares da Emenda Constitucional n. 1 da Federação Brasileira, Carta essa vigente e que não teve a oportunidade ainda de ser aplicada em tôdas as suas minúcias; Carta essa que foi elaborada por uma Comissão de Juristas, com a participação ativa das entidades representativas da vida paranaense; Carta essa que foi votada na Legislatura passada por esta Assembléia e que representa a parte de um diploma legal juridicamente válido, um diploma de conhecimentos jurídicos e constitucionais daqueles Deputados que a votaram.

Quero com isto, sr. Presidente, srs. membros desta Comissão, deixar evidenciada a minha estranheza diante dos termos da Mensagem que o Sr. Governador enviou a esta Casa, capeando o ante-projeto de emenda constitucional.

Diz S. Exa. que a atual Constituição contém em seu bojo dispositivos que contrariam as normas da Constituição Federal. Isto para mim significa uma *captis diminutio* para aqueles deputados que a votaram, que a analisaram e que a discutiram. Como nesta legislatura, na legislatura passada, brilhantes juristas e advogados tiveram a oportunidade de fazer uma análise com tempo, inclusive maior do que nesta legislatura, daquele ante-projeto da Constituição. E, consignaram na atual constituição preceitos que entendo válidos e que vêem hoje serem taxadas de inconstitucionais pelo Chefe do Poder Executivo. Mas, não tendo participado da legislatura passada, eu faço neste instante, não propriamente a defesa das teses assim combatidas; defendo a posição daqueles deputados que discutiram exaustivamente a atual Carta Constitucional do Paraná.

Fixada essa preliminar da inoportunidade da Reforma da Constituição Estadual, porque na verdade eu entendo uma reforma, não uma simples emenda de adaptação à Constituição Federal. Pode melhor entender-se como simples emenda; mas eu acredito que o futuro, pelas implicações jurídicas que advierem, desta emenda, virá dar razão àqueles que hoje estranham a inoportunidade, a intempestividade de se fazer uma reforma desta profundidade. Reforma que, caracteriza pelos discursos feitos pelos eminentes Deputados em Plenário e pelas emendas e justificativas aqui apresentadas, traz em seu bojo, uma reforma com vícios de inconstitucionalidade, que pretendo, no transcorrer dêste tempo, chegar a apontar aos senhores Deputados.

Aduzo a estas razões da inoportunidade da emenda à Constituição Estadual, o fato de que a Constituição vigente no Estado do Paraná, não há continuidade; não discrepa em profundidade, ao contrário. Continuidade e se assemelha em muito às Constituições vigentes na grande maioria dos Estados da Federação Brasileira. Nestes outros Estados, os chefes dos

Poderes Executivos Estaduais, pelo menos — não temos notícia, não sentiram necessidade da reformulação da Carta Magna Estadual. Nenhum governador propôs até agora nenhuma emenda. Estão governando com um planejamento já trazido ao conhecimento do povo dos seus Estados, baseados e concordes em princípios e ditames das Constituições vigentes. Aparentes aqui no Paraná, por razões que até agora ainda não chegamos a perceber, porque não concordamos com as razões aventadas de vício de inconstitucionalidade, da atual Constituição.

Apenas aqui o Poder Executivo deseja a reformulação da Carta Magna Estadual. E enviando esta emenda à Assembléia Legislativa, o faz, incluindo no seu bojo dispositivos que se não ofendem frontalmente muitos dispositivos da Constituição Federal, terão implicações de caráter inconstitucional para o futuro. E o que é sério deixa de incluir no seu texto alguns artigos que continha a Constituição atualmente vigorante no Estado do Paraná. A prova de que, efetivamente a emenda constitucional enviada a este Poder Legislativo foi feita açodadamente pelo Poder Executivo e inclusive não conhecemos os seus autores, é de que o próprio sr. Governador encaminhou a esta Assembléia Legislativa um aditivo à proposta anterior, com relação ao expediente dos funcionários aos sábados. Se não me engano, chegou a esta Assembléia uma outra mensagem do sr. Governador, solicitando a inclusão de mais um dispositivo à proposta enviada de emenda à Constituição do Estado.

O Sr. Armando Queiroz — Realmente, nossa Constituição em vigor traz nas disposições transitórias que não haverá expediente aos sábados. Na data que estudamos a matéria, chegamos à conclusão de que continha uma norma que não deveria ser constitucional. Consultando algumas Constituições que tínhamos em mão, a Federal, a da Guanabara, a de São Paulo, e outras, esta norma não se contém em nenhuma delas. Realmente não é matéria constitucional e tanto não é que estava nas Disposições Transitórias, na última hora, num entendimento que houve, me lembro muito bem, entre a bancada da Arena e do MDB, em que o Deputado Alencar Furtado discutia num tumulto. Mas para que algum Secretário, algum órgão quisesse fazer uso da supeição deste artigo, o sr. Governador está encaminhando, soube pelos jornais de hoje, uma mensagem para que, através de lei, se defina o problema e ela passe então a vigorar dentro das nossas leis.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu agradeço a V. Exa. o esclarecimento, mas o argumento que V. Exa. traz ao nosso conhecimento não ilide aquilo que eu anteriormente afirmara de que, por outras razões, não foi incluído no texto da emenda este dispositivo. E o sr. Governador está encaminhando também soube pelos jornais, uma outra mensagem tratando do assunto. E se S. Exa. tivesse tido conhecimento, ou tivesse se apercebido desta falha ao encaminhar a emenda, provavelmente na mensagem justificativa da emenda, S. Exa. teria feito referência a este fato. Não fez referência nem na emenda, quem sabe pelas razões constitucionais que V. Exa. aduz. É provável que tenha sido por esta razão. E não fez sequer na mensagem e sentiu necessidade de esclarecer o assunto. Isto comprova também que a emenda constitucional foi uma emenda que não sofreu sequer a análise detalhada do sr. Chefe do Executivo, porque deixou de constar nela e na sua justificativa, que entendo ser a mensagem, este dispositivo. E S. Exa. apenas agora, quem sabe, alertado por alguns Deputados da sua bancada ou algum assessor que tenha relatado o projeto, lembrou-se de encaminhar o projeto não sei se projeto de lei ou emenda, à sua proposta de emenda à Constituição. Mas o fato é que tudo isso, vem demonstrar que se desconhece a origem exata da proposta. E nós amanhã ou depois, não poderemos analisar com perfeição a sua repercussão. Porque sabemos que o responsável pela emenda é o sr. Governador do Estado, mas também sabemos que S. Exa. não iria sentar a uma me-

sa, e éle próprio redigir esta emenda. Acho que está faltando dentro da proposta da emenda, a sua origem, a sua paternidade.

Mas eu desejo, após esta preliminar, justificar algumas emendas que apresentei a esta proposta originária do Poder Executivo. E para facilitar o meu trabalho, me permito ler o parecer do eminente relator, com relação às emendas de Plenário.

(Lê a emenda n. 1).

A emenda, segundo me parece, não interessa a sua aprovação pela bancada do Governo na Assembléia. O argumento é de que a matéria não contém e não se enquadra dentro dos dispositivos constitucionais. É um argumento preliminar. Não se conhece bem o que seja matéria de natureza constitucional. Para mim, matéria de natureza constitucional é a que organiza os Poderes do Estado. É a que fixa normas de trabalho dos três Poderes, delimitando o seu campo de atuação. Concorda em parte com o relator, de que na existência de concurso deverá haver a abertura de vagas, ou a criação de cargos. Entretanto, não acólho a emenda que propõe a abertura de vaga. Evidentemente, com a fixação da necessidade, ou a determinação da realização do concurso anual, como o ingresso na carreira do magistério, o Governo do Estado fixaria uma época oportuna para a realização destes concursos. E com antecedência encaminharia ao Poder Legislativo a competente mensagem, para a abertura das vagas.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Vamos admitir, nobre Deputado, que numa determinada época do ano, não haja vaga, não haja, portanto, necessidade de preenchimento de cargos. Então é lógico, o concurso não poderia ser feito naquela época. Vamos deprender que o Estado em certo ano tivesse sua arrecadação diminuída, houvesse uma cataclisma qualquer que motivasse essa diminuição de arrecadação, e o Estado não tivesse condições de atender essa área funcional. É evidente que essa regra não poderia, de forma nenhuma, ser aplicada. E se não se aplicasse, estaria infringindo a Constituição.

Como estão as coisas, é possível que dentro de 2, 3 ou 4 anos haja muita vaga, e também necessidade de muitas professoras. Mas, não sabemos, amanhã, o que vai ocorrer com nossas finanças, e pode não haver condições.

Essas razões foram ponderadas e também levada em conta a soma de fatores. Por isso, nosso parecer foi pela rejeição.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o esclarecimento de V. Exa. e acredito que essa não seria a primeira vez. Porque, em caso de cataclisma a própria Constituição estaria suspensa, não apenas esta norma.

O próprio Governador do Estado, em seu artigo 54, § 1.º, da emenda, avoca para si o comando da Polícia Militar em caso de convulsão da ordem. É evidente que em caso de cataclisma não haveria necessidade do cumprimento desse dispositivo constitucional.

Além disso, há um dispositivo federal que não permite aos governos de Estados despesas com funcionalismo público acima de 50% de sua arrecadação. E quando fôsse o caso de sobrepujar essa quantia, o Governo do Estado não aplicaria o dispositivo constitucional.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Estaria infringindo a Constituição.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Concordo com o argumento de V. Exa.. Mas, entendo que não podemos raciocinar em termos de previsões negras, negativas, para o futuro.

O meu raciocínio é em termos de que o Governo instalado no Paraná conduzirá o Estado de tal forma a levá-lo à motivação normal, ascensional mesmo, a ponto de poder cumprir os compromissos assumidos, de instituir concursos públicos para ingresso na carreira do Magistério. Concursos esses que são feitos em tempos espaçados. No entanto, o Governo adota o sistema de contratação de professoras, tanto do nível primário, como do nível médio.

Por outro lado, o próprio Governo do Estado mantém centenas de escolas

normais, jogando, anualmente, mais de quatro mil professoras em outras carreiras, pelo fato de não poderem ingressar no Magistério Público.

Ao passo que se houvesse concurso com época fixada, os professores teriam condições de exercer suas profissões. E o Estado teria, em consequência, condições de suprir a falta de professores. No setor do ensino médio ocorre a mesma coisa.

As nossas faculdades de filosofia, em número de 24, formam centenas de professoras anualmente que não conseguem ingressar no Magistério, em razão da inexistência de concurso. E ao lado disso, o Estado lança mão de professores suplementaristas para atender suas necessidades.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Ao tempo em que se realizou o último concurso, se não estou enganado, se dizia que nós tínhamos mais ou menos 30 mil professoras formadas e que não estavam lecionando. Foi aberto concurso, não me lembro bem se para 3 ou 4 mil.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — 3.200 vagas.

O Sr. Armando Queiroz — Nós estamos sabendo que ainda há déficit de professoras no nosso ensino primário. Conforme estou informado, não sei se erroneamente, estariam faltando cerca de 6 mil professoras ainda, para darmos assistência normal ao ensino primário. Ora, se hoje já existe sobra de professoras, existem cerca de 27 mil que não foram ainda aproveitadas e considerando que cada ano que passa, mais 4 mil professoras se formam. Dentro de um ano, no máximo todas essas vagas preenchidas. Se fôr aberto concurso, é evidente. Mais um concurso só que se faça, para preenchimento de 6 mil lugares, é o suficiente.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Mas, e a demanda escolar?

O Sr. Armando Queiroz — Estou estudando em número. Se há hoje um superavit de 27 mil professoras, que não foram aproveitadas...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Não é isso.

O Sr. Armando Queiroz — Essa é a informação que tivemos. Mais 4 mil professoras que se formam por ano, há de convir V. Exa. que se abrir concurso agora para 5 mil vagas, dentro de dois anos não haverá mais vagas para as professoras. Então esse fenômeno que vemos agora, de moças que se formam e não têm lugar para trabalhar, isso já existe há tempos em São Paulo, Guanabara e Minas Gerais. As escolas estão com todas as vagas preenchidas, a não ser que passemos a uma segunda fase, que os municípios passem a incorporar no seu magistério essas professoras que têm curso normal. Mas aí o problema já é mais difícil, porque as Prefeituras não podem pagar o que paga o Estado. O fato é que só com as escolas do Estado não podemos mais. E também em virtude do grande número de escolas normais. Não que eu seja contra elas, sou até a favor. Mas na prática estou achando isso.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Desejaria esclarecer ao deputado Armando Queiroz que o número de professores não ascende à quantia tão elevada de 27 mil. Quando foi aberto o concurso, em 1969, havia 12 mil, pelo levantamento feito pela Secretaria de Educação. 12 mil professoras poderiam pretender designação. Quando as inscrições ao concurso foram abertas, 8 mil inscreveram-se. Como o concurso tinha duas fases, uma teórica e outra prática, no decorrer da fase prática, 2 mil deixaram as suas inscrições, e apenas 6 mil vieram concorrer. Deixaram por razões diversas. Algumas porque na prática viram que sua vocação realmente não era aquela; outras porque sentiram dificuldades de várias ordens. O fato é que o Estado aproveitou 3.200 professoras e sobraram, naquêle concurso, aproximadamente 3 mil professoras.

Se a necessidade hoje é de 5 mil, portanto, o número das que sobraram não preenche as necessidades atuais. Além disso, convém raciocinar dentro da argumentação de V. Exa., que o crescimento vegetativo da população escolar, no Paraná, nível primário, nas escolas estaduais, é de 50 mil crianças por ano, que batem às portas das escolas, portanto, com necessidade, aproximadamente de 2 mil professoras, no mínimo, por ano, para o nível primário.

Por isso, eu pretendia incluir o dispositivo de realização anual de concúr-

so público para normalizar a vida desses professores na carreira do magistério.

Este o esclarecimento que desejávamos fazer à Comissão, respeitando evidentemente a opinião e as ponderações do eminente Relator desta matéria.

De minha autoria ainda uma emenda que acredito não seja a única proposta a tratar desta matéria, ela diz respeito ao professor suplementarista, com mais de quinze anos, que deseja a sua efetivação no nível inicial na carreira de professor do Ensino Médio.

O Relator opina pela rejeição, dizendo inicialmente: (Lê)

Recebo a correção com humildade porque, quem sabe, a falta de experiência que não tenho, e que não é característica do deputado Armando Queiroz, me tenha feito cometer um erro com relação à redação.

Por outro lado acredito que as alterações são tão profundas que por ocasião da promulgação desta emenda estaríamos promulgando uma nova Constituição.

Mas, com relação à emenda que apresentei o deputado Armando Queiroz entende que colide frontalmente com o item VI, do parágrafo 3.º, art. 176 da Constituição Federal, que exige prova de habilitação.

Realmente o dispositivo da Constituição Federal exige o concurso, entretanto se exige concurso para ingresso na carreira está havendo uma burla desse dispositivo da Constituição Federal dentro do Estado do Paraná e em inúmeros Estados do Brasil adotam o sistema de contratação de professor suplementarista.

Na verdade, a maioria desses milhares de professores está lecionando, como suplementarista, porque não tem oportunidade de prestar concurso; outros tantos por necessidade de funcionamento de ginásios. Conhecemos, V. Exa. conhece tão bem quanto eu, o problema dos ginásios do interior do Estado, porque o número de professores formados pela Faculdade de Filosofia não é o suficiente para atender à demanda de matrículas nas escolas, principalmente do interior. Como é do conhecimento de todos os professores normalistas ou titulados pelas Escolas de Filosofia, na maioria dos casos, se recusam a lecionar no interior.

Esses professores suplementaristas têm mais de dez ou quinze anos de serviço e estão lecionando e levando a educação para o interior do Estado nos seus ombros, como muito sacrifício e nem estabilidade alguma, porque de uma hora para outra pode chegar um professor normalista e tirar suas aulas conforme dispositivo legal e regulamentação da Secretaria de Educação e Cultura. Em razão disto ficam esses professores sempre na expectativa que algo aconteça em razão de não terem segurança.

Além do mais, há a intervenção descabida de políticos inescrupulosos que se utilizam desses professores, por ocasião da distribuição das aulas suplementares. Os professores não têm matéria. A proposta é feita pelo Diretor do Ginásio que, na maioria das vezes, é homem de confiança do líder político local. Quem propõe e indica são os líderes políticos das localidades. Eles indicam ao Diretor do Ginásio o nome daqueles que devem lecionar, eu tenho inclusive nesta pasta documentação de alguns ginásios do Estado onde os próprios diretórios do Partido Político deveriam opinar a respeito dos nomes que teriam que lecionar. Há uma ficha sigilosa de diretórios do Partido contendo as horas e quais os professores que deviam lecionar cada matéria e quantas aulas. Isso ocorre em função da insegurança do professor suplementarista, isto ocorre em decorrência de uma situação de instabilidade. Eu acredito e confesso que talvez a minha emenda não seja a mais apropriada para regulamentar esta situação, mas eu discordo de que não conste nesta Constituição alguns itens com relação ao professor suplementarista, como constava da outra. Eu peço vênias para tecer, também, considerações a respeito da falta do Governo anterior, em não ter encaminhado a esta Assembléia, a proposta de lei ordinária que deveria regulamentar a situação do professor suplementarista. Foi uma falha que eu condeno no Governo an-

terior, mas, pelo fato de o Governo anterior não ter usado dispositivo constitucional que determinava o encaminhamento, a partir da promulgação da atual Constituição, no prazo de um ano, de um projeto de lei, de uma proposta de lei que regulamentasse o professor suplementarista. Esta falha do Governo anterior não justifica a outra Constituição com relação ao professor suplementarista, porque a classe dos suplementaristas conquistou, pelo menos uma esperança, na Constituição passada de ver a sua situação regulamentada. E nesta Constituição, pura e simplesmente, os srs. Deputados ignoraram a situação do professor suplementarista e nós vamos deixá-lo uma vez mais na rua da amargura, como está e como esteve desde já há alguns anos.

O sr. Armando Queiroz — Eu também entendo, compreendo, sinto o problema dos suplementaristas. Eu também sou humano igual a todos. Eu nunca fiz qualquer critica a nenhum ato da legislação passada. Não seria meu propósito. Mas a realidade, Deputado, é que tenho o princípio de lei, de Constituição, não se pode, evidentemente, trazer, introduzir para a classe dos professores sem o concurso público. É uma norma que surgiu em muitas categorias funcionais, mas passou a ser norma mesmo depois de 64 para cá. Com isso se deu grande avanço, porque sem dúvida, é a grande conquista do cidadão, para entrar no serviço público. Faz o concurso, se classifica, ou não se classifica, será nomeado sem qualquer apadrinhamento. V. Exa. deve saber melhor do que eu como é difícil encontrar uma solução jurídica para os suplementaristas. E eu tenho certeza, talvez tenha sido esta a razão da dificuldade do governo anterior, e não tivesse procurado solucionar o problema.

Agora estou perfeitamente de acordo com V. Exa.: deve haver um concurso. Deve-se dar mais oportunidade aos suplementaristas para que eles façam concurso e recebam seu padrão.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas Deputado, no caso, não haveria possibilidade de incluir um dispositivo, não que obrigasse mas que determinasse. Não sei qual seria a redação. Talvez V. Exa. pudesse propor uma redação a essa emenda constitucional que amparasse os suplementaristas, ou colocasse nas mãos do Executivo a possibilidade de Regular a sua situação.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu sei que o Sr. Secretário de Educação já está com o problema praticamente equacionado e vai propor ao Executivo, uma lei disciplinando essa classe. Feito isto, acredito que quando chegar matéria dêse juéz nesta Casa, nós estudaremos o problema. E talvez se encontre uma fórmula que pelo menos sirva de paliativo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Que se realize um concurso para os suplementaristas e que se peça, por exemplo, pelo menos 5 anos de exercício do magistério, para se inscreverem no concurso.

O SR. PRESIDENTE — (Retira-se e assume o vice-presidente)

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu acho que haveria necessidade de uma lei ordinária. Não gostaria de ver a Assembléia se omitindo com relação ao professor suplementarista. Nós na Assembléia não podemos propor uma lei propondo a regulamentação porque isto seria inconstitucional.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Quando nós estivemos votando o Estatuto do Magistério, foi abordado este problema no sentido de se encaminhar uma lei. E não houve jeito de se solucionar.

V. Exa. sabe, que desses suplementaristas nem todos têm os requisitos mínimos para lecionar. Não tem escola de Filosofia. O problema é de difícil tratamento.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — A solução seria a criação de um quadro especial. Uma carreira especial para os professores suplementaristas. É um quadro criado para o professor legalmente habilitado. Se todo o professor habilitado tem o consentimento da Secretaria de Educação para lecionar, porque então o suplementarista precisa de autorização da Secretaria? Agora então com a realização deste concurso, ele terá os mesmos direitos.

O sr. Armando Queiroz — Este concurso foi aberto apenas para professores licenciados. Porque o quadro prevê a carreira para professores licenciados, não prevê a situação jurídica do professor suplementarista. O concurso jamais poderá ser aberto quando não há carreira. Volto ao assunto, reafirmando que esta emenda não precisa ser de minha autoria, ou do deputado Alvaro Dias, ou do deputado Belinati, ou do deputado Nivaldo Krüger, mas que fôsse uma emenda que possibilitasse ou demonstrasse que a Assembléia e os Deputados estão atentos ao problema.

O sr. Nivaldo Krüger — Quero me referir ao que V. Exa. disse, que realmente a preocupação nossa é esta. V. Exa. falou em termos de Assembléia. Porque se nós não atentarmos para esta questão não haveremos de encontrar uma solução definitiva para o problema. Eu tenho a impressão que colocariam a Assembléia numa situação muito crítica perante a opinião pública paranaense, caso não procurássemos, nós Deputados, resolver este problema tão angustiante para o nosso povo.

Parece-me até que não poderíamos sair daqui tranquilos, se não resolvessemos uma questão desta natureza. V. Exa. apresenta soluções, todos os srs. Deputados apresentam emendas neste sentido, o que é realmente necessário para um melhor aprimoramento da Carta Constitucional. Porque como já disse, se não resolvermos a questão, poderíamos até demonstrar perante a opinião pública uma certa incapacidade ao resolvermos problemas desta ordem. Portanto, eu reafirmo inteira solidariedade à argumentação de V. Exa. neste sentido.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Volto a reafirmar que não vejo necessidade da aprovação desta emenda. Mas faria um apêlo à Comissão Especial, ao eminente relator para que não deixasse esta categoria funcional, sem que constasse na emenda constitucional uma preconização da solução do seu problema.

Evidentemente, o Poder Executivo deve estar preocupado na solução deste caso, inclusive, pressionado pela própria categoria funcional, que há muito tempo vem lutando para solução de seus casos.

Eu conheço, realmente, o problema, porque estive na Secretaria da Educação. Infelizmente, por razões que não vêm ao caso neste instante comentar, mas se fôr necessário trarei ao conhecimento da Comissão, não pude, naquela ocasião, solucionar, como pretendia, o problema dos suplementaristas. Inclusive, foi exarada uma portaria dando garantia aos suplementaristas, da possibilidade de uma nova contratação. Mas, se de um lado isso beneficiava, em parte, os professores suplementaristas, não deu solução total ao problema.

Acredito que a Assembléia Legislativa, através de nós Deputados, que somos os representantes do povo, tem obrigação de sentir o problema, tem a sensibilidade suficiente para perceber este problema. Acho que não justificaria, e nós ficaríamos numa situação difícil, passando esta oportunidade, se não consignássemos na Constituição um dispositivo que preconizasse uma solução imediata que desse, à classe suplementarista, uma possibilidade de amparo.

Acredito, sinceramente, na boa intenção da Secretaria da Educação para solucionar o problema. Mas, acredito que também nós poderemos, incluindo esta emenda, não forçar o Poder Executivo a solucionar o problema, mas pelo menos, resolver, encaminhar, solicitar, através de um item da Constituição, uma solução mais rápida possível do problema.

Fica aqui o meu apêlo à Comissão. Se entenderem desnecessário e sem fundamento, o problema, é da consciência e da maneira de ver de cada um dos srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não temos condições de encaixar na Constituição um dispositivo beneficiando os suplementaristas. Mas, devemos fazer com que seja elaborada uma lei especial regulamentando o problema dos suplementaristas, inclusive o problema dos professores de ginásios do interior. Esse também é um problema que precisa ser solucionado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Não vejo porque a Assembléia não possa incluir agora, neste momento. Porque no futuro será mais difícil.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nós sabemos e conhecemos da necessidade de regulamentar o problema dos suplementaristas. Mas, não temos condições de encaixar esta emenda na Constituição.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas por que, se na outra foi encaixada?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Foi encaixada mas não foi cumprida.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Se encaixada na Constituição anterior não se encontrou uma solução, deixemos que se encaixe nesta Constituição, porque a Constituição passada passou no fim de um governo e esta entra no começo do Governo. Então, provavelmente, deve ter bastante tempo para que o Governo cumpra o preceito constitucional, sendo certo que devem existir já estudos sobre esta matéria.

O sr. Armando Queiroz — Acabei de aduzir aqui, que inclusive já está sendo elaborado trabalho na Secretaria, visando a encontrar uma solução. Não sei qual, não sei de que forma.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Então, porque não incluir o dispositivo, se o Governo já tem estudos neste sentido? E não se criaria problemas.

O sr. Armando Queiroz — E que problemas se cria não se colocando?

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Não se colocando o governo manda quando quiser.

O sr. Muggiati Filho — Também pode não mandar.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — E aí V. Exa. pode acusar o Governo, como está acusando o Governo anterior, porque não mandou.

O sr. Armando Queiroz — Eu não acusei. No meu trabalho não há crítica a ninguém, a nenhum ato do Governo passado. Poderia ter dito que o Governo não cumpriu.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Mas V. Exa. disse agora.

O sr. Armando Queiroz — Disse porque V. Exa. trouxe o problema a debate.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Mas, exatamente, porque estava na Constituição anterior é que tenho o direito de dizer que o Governo passado não cumpriu. Ao passo que não se colocando, não poderemos dizer que o Governo, que é o atual, não cumpriu.

O sr. Muggiati Filho — A crítica não significa um desdouro para o administrador. O administrador que tem a cabeça no lugar, agradece a crítica e corrige o erro. Eu entendo que não se cumpriu no passado, porque o prazo de fato foi curto. A Assembléia entrou em recesso, fim de governo, etc. Agora, o que entendo, nobre Deputado Armando Queiroz, é que há um problema envolvendo os suplementaristas e que a Casa, se não fizer qualquer coisa nesse sentido, vai ignorar uma grande coletividade, que está à mercê desse problema de tal ordem. Inclusive, até quero crer que os suplementaristas

tas não fazem parte do IPE, nem têm INPS. Não têm previdência social nenhuma.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — E não recebem durante 3 meses por ano.

O sr. Muggiati Filho — Por isso é que somos contra a votação apressada da matéria, porque haveria de ser encontrada uma solução neste caso. Para que não se possa dizer que estamos ignorando um problema social que existe, e é grande o número de suplementaristas.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Eu já tinha encerrado esse tópico de minha explanação, mas já que os apartes vieram, ratifico o apêlo que fiz. Não vejo nenhuma razão de ordem maior para que a Assembléia deixe de atender ou deixe de participar desse problema, através de um item da Constituição, já que o Governo do Estado está interessado na solução do problema. Apenas para demonstrar que os legisladores estão atentos a esse problema. Apelo para esta razão. Não faço questão que seja minha a emenda, dêste ou daquele Deputado. Mas que a Comissão estude uma fórmula de incluir, dando um prazo, sugerindo.

O sr. Muggiati Filho — Mesmo que não se marque prazo, mas que se dê essa atribuição, que se consigne essa obrigação do Governo. O Governo oportunamente, ou de qualquer outra forma, tratará do regime jurídico dos suplementaristas.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Para que não fique caracterizada a omissão da Assembléia Legislativa na solução desse problema. Tinha ainda inúmeras emendas para justificar perante a Comissão. Confesso, aqui, que a mais importante dela sera esta com relação ao problema dos suplementaristas.

Desejava, entretanto, tecer considerações sobretudo com relação ao item da proposta que fala da criação de um órgão especial para julgar, ou dar parecer prévio nas contas Municipais.

Realmente, a Constituição Federal diz que o controle externo das contas Municipais será feito com o auxílio do Tribunal de Contas ou de órgão criado para essa finalidade.

O sr. Governador do Estado entende que mesmo existindo o Tribunal de Contas deve existir paralelamente um órgão que venha a fazer aquilo que o Tribunal de Contas, já faz ou seja, dar parecer prévio nas contas Municipais.

Creio que a Constituição Federal quando colocou a alternativa da criação de um órgão equivalente, estava prevendo a possibilidade de alguns Estados não terem Tribunal de Contas. Quando a Constituição Federal foi promulgada, os Estados de Sergipe e Pernambuco não tinham Tribunal de Contas.

Mas isto era apenas neste caso, onde ainda não existisse o Tribunal de Contas.

Inclusive a criação desse órgão, por notícias de jornais, nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, foi considerada inconstitucional.

O sr. Armando Queiroz — Hoje, tive em mãos essa lei. Sei que houve a representação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, alegando inconstitucional o dispositivo que criava um órgão paralelo. A representação, segundo soube, teve parecer favorável. Isso ocorreu em 1969.

Entretanto, V. Exa. há de ver que a Mensagem traz somente a intenção do sr. Governador de criar. Mas, não criou. Enquanto não ocorrer a criação desse órgão o Tribunal de Contas continua com a sua competência de julgar.

Deputado Cândido Martins, a razão maior para o Governo evoluir para esse caminho é um fato gravíssimo — é que o Tribunal de Contas, muitas

vêzes, não aprova conta de nenhum Prefeito. Nenhum Prefeito consegue ver suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas. Talvez exista alguma exceção. Outras vezes o Tribunal de Contas dá parecer contrário, inclusive isto tem trazido problemas seríssimos. As vezes, quando as contas recebem parecer contrário, lá no interior, vejam só, o que se fala do Prefeito que é pessoa honesta e idônea — que êle é desonesto, que não é correto, porque as contas tiveram parecer contrário. É êste o fato e não posso compreender. Será possível que quase 289 Prefeitos, será possível que nenhum dêles esteja em condições de apresentar contas corretas ao Tribunal de Contas, será que a contabilidade, os contadores não sabem, só o Tribunal é que sabe? O que sabemos, na prática, é que o Tribunal de Contas não orienta, não ensina, não dá sugestão. Lamentavelmente, isto está ocorrendo.

O sr. Muggiati Filho — Há tempos tenho conversado sôbre esta matéria com o deputado Armando Queiroz e fui estudar um pouquinho esta matéria. Confesso que não me dediquei a ela, antes, porque os motivos da profissão me conduziam a outro caminho, mas cheguei à conclusão de que o Tribunal de Contas está sujeito ao Código de Contabilidade e êste Código faz uma série de exigências e por outro lado, a Constituição Federal dá uma condição de legislador ao Tribunal de Contas. Então, chegamos de fato a um ponto em que vamos dizer, existem acumulados aí processos de prefeituras para serem julgados, mas o que está interessando no momento não é uma crítica sôbre a conduta dos homens dentro do Tribunal de Contas.

O sr. Armando Queiroz — Eu trouxe como um dos argumentos.

O sr. Muggiati Filho — Seria o caso de se condenar uma instituição, esta Assembléia, o Poder Judiciário, pelo não cumprimento exato de suas atribuições? Isto não é culpa nem do Tribunal de Contas nem da Assembléia nem do Poder Judiciário. Então, eu conclui pelo seguinte: se nós criarmos órgãos para a fiscalização financeira das prefeituras, uma espécie de novo tribunal, que seria para exame dessas contas, é uma matéria nova e que deveria ser submetida a um exame muito mais acurado, porque êstes órgãos se tornariam políticos.

O sr. Armando Queiroz — Perigosos.

O sr. Muggiati Filho — São perigosos. Daí estas ressalvas. Essa inovação seria perigosa. Por isso, eu sou pela permanência. Acho que a Constituição devia permanecer.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Deputado Armando Queiroz, eu não acredito que o Poder Executivo tendo incluído na emenda reiteradas vezes, não apenas num Artigo mas em vários artigos a possibilidade da criação dêste órgão venha, no futuro deixar de fazê-lo. A intenção é clara.

O sr. Armando Queiroz — A opção ficou clara.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Inclusive na atual Constituição há esta opção em um artigo, mas na emenda, o Poder Executivo reiterou a opção em vários artigos. Então, primeiro, não acredito que venha a deixar de criar êste órgão; segundo, entendo que criando é inconstitucional, porque já existe o Tribunal de Contas; terceiro, eu acredito que a idéia ou que o argumento do deputado Muggiati é dos mais válidos, porque o Tribunal de Contas está adstrito a alguma norma, a algum código tributário e outros tantos, para apreciação de contas municipais. O futuro tribunalzinho também terá que seguir e obedecer a estas mesmas normas. Acho e concordo com V. Exa. que há uma rigidez, se se pode assim chamar, na apreciação...

O sr. Armando Queiroz — Na apreciação.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Não concordo com V. Exa. neste ponto, porque o Tribunal de Contas tem um grupo volante que tem feito reunião com os prefeitos e que já fez várias no interior do Estado, esclarecendo a respeito da prestação de contas. Discordo do Tribunal de Contas, quando aplicou imediatamente sem um prazo, para que as prefeituras estruturassem a prestação de contas nos termos em que fez. Eu entendo que esta Casa falhou quando entregou ao Tribunal de Contas a regulamentação total do sistema de prestação de contas. A Constituição prevê, mas acredito que deveria a Assembléia Legislativa ou o Poder Executivo regulamentar este dispositivo Constitucional.

O Tribunal de Contas, à vista da inexistência de uma Lei Orçamentária, pura e simplesmente, através de resolução interna, criou normas para apreciar as contas municipais. Tivemos oportunidade de discutir isto por ocasião da instalação da Lei Orgânica dos Municípios, com V. Exa. ,quando aventamos a possibilidade de nesta lei orgânica incluir alguns dispositivos que possibilitassem a apreciação por parte do Tribunal de Contas, ou dentro de um critério, não diria mais elástico, mas dando um prazo e regulamentando esta apreciação e aprovação. Também acho muito grave.

Se a intenção do Governo do Estado é através deste tribunal, facilitar a apreciação das contas, acho muito grave a colocação do problema nestes termos.

O SR. PRESIDENTE — Lembro aos srs. Deputados que restam 15 minutos para o pronunciamento daqueles que não são membros da Comissão. Lamento entretanto que V. Exa. não possa prosseguir, por motivos alheios à vontade da Comissão, na brilhante exposição que está fazendo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Exa. Deixarei a reunião onde apenas defendi 3 emendas. O tempo é curto. Mas o deputado Nivaldo Krüger, líder do MDB, deveria ter usado todo o tempo, pelo sua inteligência e cultura. Por essa razão, encerro a minha exposição, agradecendo a atenção de todos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, é uma oportunidade sem par para o Deputado estreante, logo nos primeiros meses deste convívio com aqueles homens experientes, que vêm de outras legislaturas, como é o caso do ilustre presidente da reunião, o deputado Armando Queiroz, ilustre relator da matéria e ainda pela oportunidade de conviver com os novos Deputados, brilhantes intelectuais, de capacidade reconhecida.

Para mim isto é uma oportunidade sem par, que eu já disse e cuja satisfação quero registrar ao início de minhas palavras.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar também, por outro lado, a minha surpresa ao verificar, olhando a Constituição, aprovada em 28 de fevereiro de 70, que decorridos apenas 12, 13, 14 meses, e surgindo da mesma área uma alteração à Constituição Estadual, verifico que os casos que constam do texto da Constituição de 70, e que se propunham a adaptá-los à Constituição de 67, muitos deles são os memos que aqui se encontram hoje, na alteração proposta pelo Governador do Estado.

Não pude deixar de registrar esta surpresa, sem que tivesse havido uma alteração governamental, ou uma sucessão governamental de partidos diferentes. Nós teríamos condições de aceitar com mais facilidade a alteração, se não tivesse havido esta modificação.

Entretanto, o que verifiquei é exatamente isto: que de uma mesma área política, com Deputados assinando a Constituição anterior um novo Governador e um novo partido político, submeta a uma alteração, quando também na Constituição passada apuzeram as suas assinaturas. É a surpresa que me causa este fato. Temos meditado sobre esta Constituição, sobre o

sentido que ela poderá dar, sobre os objetivos que com ela se pretende alcançar, mas para a indagação que fazemos a nós mesmos, muitas vezes, não encontramos resposta. Entretanto, como o tempo é exíguo, me limitarei a comentar algumas emendas de nossa autoria. Iniciaremos com a apreciação do assunto tão bem abordado pelo Deputado Cândido.

Sobre o problema da apreciação das contas dos municípios. Sobre a criação de um novo órgão, que segundo a emenda constitucional passaria a existir no Paraná. Muito bem, dizia S. Exa. que também aceitava as alterações do relator da matéria. Que ficariam os prefeitos na dependência da aprovação das suas contas, por um tribunal que até agora não apreciou as contas dos municípios. (Lê o § 1.º do Art. 113)

Ora, a criação de um novo órgão seria talvez para facilitar a aprovação das contas dos prefeitos. Politicamente falando, isso até é admissível, considerando-se que a totalidade dos prefeitos paranaenses estão ligados ao partido do Governo. Então seria a intenção do Governador afastar este obstáculo que hoje é o Tribunal de Contas? Ou teria ele que criar um novo órgão para onerar ainda mais os cofres públicos, com novas nomeações e com cargos elevados.

Porque existindo um Tribunal de Contas com a função específica para este fim, me parece indefensável sob o ponto de vista deste órgão. Parece-me, entretanto, que para defendê-lo gostaria de ouvir as ponderações do sr. Relator.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sobre a matéria escrevi da seguinte maneira: "Foi suprimido o artigo 41 da atual Carta..... lê até "do artigo supra citado".

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. aduziu bem, quando enfoca a questão do ponto de vista da criação deste novo órgão.

Parece, segundo V. Exa., que é intenção do Governo do Estado criar um novo órgão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Fica livre a opção.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Parece perfeitamente dispensável. Existe um Tribunal com função específica. Então, dir-se-ia que este Tribunal não conta com a confiança do sr. Governador do Estado. E se é problema de confiança, dificilmente encontraríamos homens em que toda uma comunidade possa confiar. Amanhã, teremos novo órgão, composto por elementos indicados por S. Exa. o sr. Governador. Mas, o atual Governo é transitório, como nossos mandatos também são temporários na vida do Estado. O Estado é perene no tempo e isto nada significa. Parece que nós ao atendermos essa solicitação do Governo estaríamos incorrendo num grave erro, numa grave falha, demonstrando com isso:

Primeiro, aceitando essa desconfiança que o Governo manifesta sobre esse órgão, o atual.

Segundo, a de que com um novo órgão vamos onerar seriamente os cofres públicos.

Será que esse órgão teria autoridade para analisar os problemas a ele afetos? Quais os vencimentos de seus componentes, quais suas atribuições, suas funções específicas, em que lei, em que se basearia para realizar esse trabalho com toda isenção?

Disse muito bem V. Exa. que a maioria dos prefeitos está com suas contas por aprovar.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu falei em debate.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Eu me restrinjo ao que V. Exa. disse. Porque é realmente uma verdade. Mas, é uma falha muito grande do pró-

prio Governo que, dispondo de um órgão para orientar os municípios, como o Departamento de Assistência Técnica, dispondo dessa organização que poderia, paralelamente como Tribunal de Contas, atender as exigências legais a que os srs. prefeitos estão sujeitos e que provém da esfera federal. Todo esse processo de revisão de contas dos municípios provém da esfera federal, como o próprio dispositivo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Só para esclarecer V. Exa. vou dar um exemplo de como as coisas são na prática. E vou dar um exemplo de Campo Mourão: em 1.958, a Câmara Municipal de Campo Mourão votou uma lei, normalmente foi aprovada, foi sancionada e publicada no órgão oficial, instituindo o 13.º salário aos funcionários da Prefeitura Municipal. Desde 1958, nunca houve nenhum problema no pagamento, nunca se disse da ilegalidade dessa lei, nunca se levou esse problema às barras da justiça, para dizer se é ou não inconstitucional. Pois bem, vieram as contas para cá a o Tribunal de Contas dá parecer contra, ou vai dar parecer contra, porque é inconstitucional a lei que deu o 13.º salário.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Mas aí cabe recurso à Câmara de Vereadores.

O sr. Armando Queiroz — Sim, conheço o problema. Mas, pergunto, nobre Deputado, será que o Tribunal de Contas tem esse poder de dizer que uma lei é inconstitucional?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não.

O sr. Muggiati Filho — O Tribunal não tem essa atribuição.

O sr. Armando Queiroz — Quando ocorreu isso, procuramos o Tribunal de Contas da União — digo "nós", de Campo Mourão — e fomos procurar, através do IBAM, subsídios. O Tribunal esclareceu que desde que não use para isso dinheiro do Fundo Nacional, não há impedimento nenhum. O IBAM está cheio de decisões assim. E o Tribunal de Contas disse que a lei é inconstitucional. Sabem os Senhores que o argumento que dá, é que o 13.º salário é uma grande vantagem que se dá ao funcionalismo municipal e que em virtude da Constituição, essa mesma vantagem não é atribuída aos funcionários federais e estaduais. Então, como eles não têm, os demais também não podem ter. Queria só chegar a isso. Será que o Tribunal de Contas pode dar um parecer considerando uma lei inconstitucional? Só acredito que ela possa ser inconstitucional, depois que o órgão próprio disser isso.

O sr. Muggiati Filho — Apenas para responder ao deputado Armando Queiroz, com uma pergunta: quem é que pode garantir que o novo órgão a ser criado não cometa o mesmo erro?

O sr. Armando Queiroz — Estou dando como exemplo.

O sr. Muggiati Filho — Sim, mas é um erro que o novo órgão pode cometer.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Gostaria de fazer, já me transportando ao assunto, porque nossa presença aqui é evidentemente para deixar marcada nossa posição com relação ao caso, para alertarmos a Comissão que nos merece toda consideração. Fazemos esse alertamento, porque a criação de um novo órgão, nos parece inaceitável.

O sr. Armando Queiroz — Na prática, mas dentro da lei existe opção.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Existe, mas alega-se que a Constituição

Federal, ao fazer referência aos demais órgãos, cingia-se ao fato de alguns Estados não terem Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE — Lembro aos srs. Deputados que faltam dois minutos para encerrarmos o tempo que foi destinado para discussões genéricas.

O SR. NIVALDO KRÜGER — No inciso II o artigo 98 diz: (lê).

Sugerimos a seguinte emenda: (lê).

Quero registrar, sr. Deputado, com todo o respeito que tenho por V. Exa., que em alguns casos são fiéis em transcrever o texto da Constituição Federal. Em outros casos Vs. Exas. deixaram de prestar atenção para esses dispositivos.

Temos aqui uma alteração que passa quase que despercebida: (lê).

Aqui há um enxerto que não consta do texto da Constituição Federal.

O sr. Armando Queiroz — Posso esclarecer a V. Exa. Sobre este dispositivo, o art. 47, inciso V, da emenda incorpora a expressão: (Lendo).

Segundo a redação que estava na Constituição é que cabia ao Poder Judiciário fazer nomeações. Este fato somente ocorreu no Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Contesto o que V. Exa. diz afirmando que o Presidente do Supremo Tribunal Militar é quem nomeia os serventuários, oficiais, etc.

O sr. Armando Queiroz — Nós é que nomearemos os funcionários (Lê a Lei Federal n.º 5.621).

De modo que temos que fazer para que não haja dúvidas sobre o problema de competência. Se uma lei complementar posterior à Constituição vem dizendo que não se dá competência, foi preciso então que se colocasse isto para esclarecer.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Então...

O SR. PRESIDENTE — Esgotou-se o tempo. Já ultrapassou o tempo a que V. Exa. tinha direito para fazer uso da palavra.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE — Coloco agora em discussão o Parecer do Sr. Deputado Armando Queiroz.

O sr. Muggiati Filho — (Pela ordem). Observando a matéria lentamente e o Regimento Interno, eu queria requerer a V. Exa. tendo em vista o Artigo 102 do Regimento Interno que diz o seguinte: (lê): Terão preferência na votação; as emendas supressivas; as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre os aditivos e as modificativas; as emendas das Comissões sobre as dos Deputados

Tenho para mim que, segundo o sentido que o Regimento dá à matéria, nós deveríamos discutir na Comissão, a par do substitutivo, emenda por emenda, para que não se chegue a uma conclusão de que ou se rejeita o substitutivo, porque o substitutivo tem preferência sobre a proposição, ao se referir às emendas aditivas, tem preferência na votação, ou nós automaticamente estaremos rejeitando emendas sem serem discutidas. Como cada emenda balho um parecer do eminente relator da matéria em seu judicioso trabalho, judicioso e ilustrado trabalho, nós entendemos que a matéria devia ser colocada para discussão e votação, artigo por artigo, aliás, emenda por emenda, as que foram apresentadas. É o que nós requeremos com fundamento no Artigo 102 e seguintes do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está se referindo à preferência. Devo

acrescentar que a preferência a que V. Exa. está se referindo provém da emenda substitutiva.

Continua a discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu recorro ao plenário, da decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — S. Exa. o Deputado Muggiati Filho recorreu da decisão da Presidência. Eu delego então ao Plenário a decisão da matéria.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Só para esclarecimento: qual foi a decisão de V. Exa?

O SR. PRESIDENTE — A Decisão é que continua em discussão o parecer.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Que opina na forma do substitutivo?

O SR. PRESIDENTE — Será discutido o Parecer e o Substitutivo e votado na forma do Substitutivo. Parece que o bom senso e a lógica assim o determina.

Assim, eu não vejo motivos de V. Exa. recorrer a decisão do plenário da questão que V. Exa. levantou. Porque respondo a V. Exa. que a preferência que V. Exa. invoca é atribuição do plenário da Casa e não das Comissões.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). O artigo 102 foi invocado nesta questão de ordem sr. Presidente, tendo em vista que o Regimento Interno discorda deste assunto. Então, como há emendas em grande número e elas não serão discutidas e nem serão votadas pela Comissão, porque há um substitutivo que deverá, segundo V. Exa. declarou, ser discutido e votado englobadamente, mas como esta matéria, em plenário as emendas serão discutidas cada uma de per si, nós, porque a preferência é para a votação sobre as emendas, as emendas substitutivas, sobre a proposição a que se referem bem como as aditivas e as modificativas, terão preferência na votação.

O SR. PRESIDENTE — No plenário da casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Como o Regimento é omissivo no que diz respeito ao trabalho nas comissões. Mas, como estamos numa Comissão Especial, constituída para o fim de proferir parecer numa matéria que eu entendo, data vema, se deva discutir e votar emenda por emenda também sob pena de estarmos relegando para um plano secundário estas emendas. Como se vê da natureza do assunto, que nós não consideramos matéria vencida, o que se possa dizer fora da Comissão. Entendemos que toda matéria está para ser votada. Não antecipamos o voto da Comissão; não e nossa atribuição antecipar o voto. Não sabemos que destino terá a votação da matéria: se a Comissão votará com o Sr. Relator ou contra ele. Não temos esse poder de fazer uma previsão futura. Então, logicamente, partindo desse princípio, nós entendemos que a matéria deveria ser discutida desta forma. Como é uma matéria que não é estritamente regimental, porque me parece que o Regimento apenas dá ao Deputado, então, em reforço do que eu disse, que o Regimento dá ao Deputado, como que facilita, dá a facilidade de ele vir à Comissão discutir a matéria de seu interesse. É atribuição do Deputado vir a Comissão então, porque nós não colocamos essa matéria em discussão, emenda por emenda.

E acima de tudo, após a discussão sobre a matéria, como bem vê V. Exa nós tivemos um tempo escasso para discutí-la e ela será votada. O nosso voto é em defesa das emendas que representam as teses principais e que não foram incluídas no substitutivo. Haveria, para citar ainda a inamovibilidade dos promotores públicos, como um ponto fundamental desta Constituição. O nobre relator da matéria disse aquilo sobre o substitutivo do Deputado Santos Lima, com restrição. Mas realmente, a parte que constituiria a garantia da inamovibilidade não foi acolhida, então, a inamovibilidade ficou no mesmo pé em que se encontrava, isto é, nas mãos do Secretário da Justiça ou pelo menos, sim, nas mãos do Secretário da Justiça, pois a ele estaria subordinado o Procurador Geral do Estado. Então, um Procurador Geral do Estado, que tem acento no Tribunal de Justiça do Estado, que tem as mesmas vedações e quase as mesmas atribuições e garantias dos desembargadores, é um homem subordinado ao Secretário da Justiça e os promotores públicos, sujeitos às remoções que haviam sido banidas, isto é o mais importante de tudo, que haviam sido baridas, em nosso Estado. E o nobre relator, melhor do que eu, repito, sabe disso. O Estado de São Paulo é um exemplo no Brasil pelo Ministério Público que possui, a ponto de que brilhantes paranaenses se encontram lá. Sairam daqui porque não tiveram a coragem de se submeter às injunções políticas que imperavam no Ministério Público. E eu sei de advogados brilhantes que estão hoje em São Paulo e podiam estar enriquecendo o nosso quadro e projetando o Estado do Paraná, através deste órgão importantíssimo para a sociedade e para a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE — É dever da Presidência lembrar a V. Exa. que os 10 minutos estão esgotados.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não. Concluindo, Sr. Presidente, o nosso voto será de acordo com as emendas, com aquilo que já ratificamos em nosso escrito e no sentido de que sejam resguardadas as plenas garantias e atribuições dos Poderes Legislativos e Judiciário, porque entendemos uma vez mais que esta atribuição do Poder Judiciário, de iniciativa para reforma constitucional, deverá ser restrito ao Poder Executivo reformar...

Nós colocamos esta matéria em discussão, emenda por emenda.

O sr. Armando Queiros — Eu evidentemente, ao analisar a tese, eu fiz uma emenda ao substitutivo, depois dei meu parecer. Mas tudo isso, eu condensei em forma de um substitutivo. De modo que o que deve ser examinado pela Casa é o substitutivo. E a maneira regimental de procedermos à votação, seria através do voto em separado. Mas seria necessário que a Comissão se pronunciasse a respeito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sinceramente, eu não consigo penetrar no espírito do Regimento. Se o Regimento estabelece que a preferência na votação do substitutivo é sobre as emendas então esta preferência depende da decisão do Plenário.

Ora, se o sentido do regimento em Plenário é este, se a Comissão Especial é uma minia/ura do Plenário, então temos que seguir a matéria, a fim de que as emendas possam ser estudadas uma a uma. A matéria no tocante às comissões no Regimento, é omissa, então no meu entender, acho que devemos seguir o que se faz no Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Eu não vejo motivo pelo qual se modifique a decisão de ser apreciado o parecer e o substitutivo geral, já que temos conhecimento deste substitutivo, que analisa todas as emendas. É da apreciação deste substitutivo que teremos a conclusão dos nossos trabalhos. Resutando apenas a cada um de nós, julgar a matéria nos seus devidos termos.

Eu mantenho a decisão tomada e coloco em discussão o Parecer e o Substitutivo.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, de acôrdo com o artigo 125, eu recorro ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem tóda a razão. Vou indagar dos srs. Membros como votam.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Eu voto a favor de V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nós estamos numa Comissão. Foi designado um Relator. Ele apresentou um parecer. Só nos resta aprová-lo ou rejeitá-lo. Eu voto com o substitutivo.

O SR. BORSARI NETO — Voto com a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Rejeitado o recurso do nobre deputado Muggiati Filho.

Em discussão o Parecer e o Substitutivo.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, inicialmente, queremos fazer uma ressalva, porque tenho a impressão de que o nobre deputado Gilberto Carvalho votou a matéria desta preliminar, colocando-se ao lado do Substitutivo, quando não era substitutivo que se estava votando.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu apenas quis esclarecer meu voto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, queremos ratificar os termos em que defendemos as nossas emendas constantes do brilhante parecer do sr. Relator da matéria, o ilustre advogado deputado Armando Queiroz.

E, ao fazê-lo desejamos lamentar profundamente, com tóda a sinceridade que nos anima em nossa vida nesta Casa, que uma matéria tão importante como esta, de tamanho alcance para todo o Estado, compreendido o povo, o território, o poder, não tivesse sido ns condições em que foi nesta reunião, mas debatido muitas e muitas mais vêzes.

Porque tenho certeza que esta Comissão, sem embargo de minha opinião sôbre o brilhante parecer do deputado Relator, enviaria, pelo mesmo punho do Relator, do mesmo Relator, um projeto, a Plenário, que viria inteiramente ao encontro das aspirações da consciência cívica do Paraná.

Se concordarmos com a forma e a elogiamos brilhante, do ilustre parecer, do ilustrado relatório do nobre deputado Armando Queiroz, data venia e sem embargo da cultura, do dinamismo, da capacidade de trabalho, da probidade de S. Exa., em parte discordamos com algumas de suas fórmulas. E, ao discordarmos das fórmulas, naquilo que nos cabe, reiteramos, para que fique e que seja recebido pela Mesa, com nosso voto escrito à matéria, o memorial que encaminhamos ao eminente relator e que V. Exa., não menos eminente Presidente, despachou nesta reunião.

Acrescentariamos, aludindo às nossas emendas, sr. Presidente, nobres e ilustres membros da Comissão, srs. Deputados aqui presentes, que preliminarmente a escassêz de tempo em que se discutiu êsse projeto foi tamanha, que não só eu, mas outros nobres pares, exclusivamente por êsse motivo da pressa, que é inimiga da perfeição, e que nós, mesmo sem pressa não alcançamos a perfeição, quanto mais com ela, cometemos alguns deslises em matéria de redação.

Entre aquêles que eu gostaria de apontar na minha emenda, está um que por duas vêzes repeti a palavra "estado", ao dar a atribuição e a situação do Tribunal de Contas.

E uma outra, que particularmente me foi apontada pelo nobre deputado Armando Queiroz e que diz respeito a uma emenda que obteve de S. Exa. o apoio no seu ilustrado parecer, que de pleno acôrdo com êle concorda que se deva melhorar sua redação, para que ao invés do que consta na emenda 192, que diz: (lê) "Acrescente-se ao artigo 68 "ou se a natureza de seu emprêgo assim o exigir". o que entendemos certo, e no parágrafo único "verificada a hipótese de falta de vaga: (lê)

Discute-se tècnicamente se a expressão "funcionária não casada com servidor público" não deveria ser modificada.

De modo que o dispositivo ao invés de se expressar do modo como foi lido dissesse, "verificada a falta de vaga para a mulher cujo marido, não sendo servidor público, foi removido em razão do emprêgo, terá ela preferência anotada para ocupar a primeira vaga a se dar".

Talvez não tivesse sido bem esta a redação sugerida, mas depois pensando bem na matéria entendo que esta é que cabia redigir. Se tiver alguma modificação daquilo que foi sugerido seria talvez aconselhável.

Ms nessa falta de tempo pensamos nós que não poderíamos nem podemos pensar numa Constituição do Estado ou numa lei, seja ela aquela que fôr, porque essa lei será perpetuada, pelo menos terá vigência, sempre será uma lei elaborada por esta Casa e ela ficará, seja como letra morta ou viva, a servir de exemplo do bom ou do ruim, aos que se seguirem depois.

Então, concluímos que a reunião de hoje teve aquilo que deveria ter repetidamente, um certo número de vêzes, na discussão desta Carta. Ficou no ar, sr. Presidente, para citar um único exemplo, o caso dos suplementaristas existentes em grande número em todo o Estado,, cujo problema ficará no ar sob responsabilidade de quem? Da Assembléia Legislativa, porque a Assembléia é que vai votar. É a Assembléia que vai promulgar a Carta Constitucional e que teria competência e tem para incluir no corpo da nova Constituição o artigo de lei que dispusesse sobre a matéria.

Como é um assunto que ainda está meio quente, que é do Tribunal de Contas, vou iniciar por esta matéria a fim de evitar que a minha conduta possa ser interpretada justamente naquilo que mais detesto, que mais condeno, sr. Presidente, no legislador, no magistrado, no professor, no homem enfim, que é ter uma conduta pública com interesses subalternos.

Acho e sempre entendi isto que os problemas públicos devem ser examinados com isenção, com a mais plena isenção, sob pena de aquêle que assim não o fizer cometer o grande pecado de uma desonestidade intelectual. Reputo perdoável, sob todos os aspectos, o êrro de omissão mas o êrro de consciência deve ser banido de tôdas as funções públicas, porque êle é a causa principal de todo a espécie de corrupção que possa existir. Então, ressaltando que Temistocles Brandão Cavalcanti não é contra o projeto de emenda Constitucional, diz o seguinte (lê): "Do Registro pelo Tribunal de Contas". São doutrinas de Direto Pátrio cimentadas na cultura do povo brasileiro através dos estudiosos dos grandes especializados na matéria, cujos tratados muitas vêzes são traduzidos até para os idiomas estrangeiros. Diz Temistocles Cavalcanti: (A matéria lida não foi entregue pelo orador) (lê): "Em todos êsses casos, o Tribunal de Contas examina, antes de tudo, a legalidade do ato administrativo, quer sob o ponto de vista de sua legalidade intrínseca... (continua lendo) até decidindo.

Decidindo, sr. Presidente.

(Lê): ...decidindo como última instância administrativa... (continua lendo até: a regra geral).

A execução do contrato. Sr. Presidente.

(Lê): "Quando recusado o registro".

Quer dizer, o contrato será recusado, após o registro.

(Lê): "Também constitue... (continua lendo até "ou formal do ato").

Em seu Artigo 54, o Código de Contabilidade Pública diz o seguinte (lê): Para a validade dos contratos serão necessárias as seguintes formalidades: a) (continua lendo até: que seja registrado pelo Tribunal de Contas).

Mais adiante, no Artigo 61 vem a exceção.

(Lê): "Não dependem de registro prévio no Tribunal de Contas as despesas relativas a vencimentos, ajuda de custas de funcionários..." (continua lendo até a posteriori).

Então, o Próprio Código faz uma distinção entre o Registro a priori e o registro a posteriori.

Aqui adiante, no artigo 775, ainda há uma referência à estipulação dos contratos administrativos como condição essencial. Diz assim: "Artigo 775: — A Estipulação dos contratos administrativos compreende cláusulas essenciais e cláusulas acessórias.

Parágrafo 1.º — São cláusulas essenciais: e como tais não pode ser omitidas em contrato algum, sob pena de nulidade: f — a Cláusula quando expressamente se declara que o contrato não entrará em vigor, sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma se aquêle instituto denegar o registro".

"Parágrafo 2.º — São cláusulas acessórias, tôdas as demais, reguladoras das condições necessárias à integral e perfeita execução dos contratos".

Donde se conclui, sr. Presidente, neste Código, de que para os fins de direito, para garantia das partes contratantes, principalmente daquelas que irão prestar serviços ao Estado, à administração pública, o registro do contrato, antes do início da execução de qualquer obra, é uma condição de garantia para que ele receba, ou pelo menos, para que ele tenha como legal aquilo que ele contratou e para que ele tenha um direito líquido e certo de, mediante aquela prestação, receba o que se estipulou como pagamento. Não podemos admitir porque constitui violência à ética, que um Governo execute um contrato sabendo que existe uma lei federal nesse sentido. E submeta o executor de uma obra às consequências de não ter seu contrato aprovado pelo Tribunal de Contas. Sobre um aspecto, o de que algumas irregularidades que se possam ter verificado em administrações passadas, teria sido melhor que as partes contratantes com o Governo, não tivessem seus contratos registrados ou aceitos pelo Tribunal de Contas, porque sofressem uma imposição, por assim dizer, mais forte e de caráter legal, com relação a execução de determinadas obras municipais.

Dentro desse argumento, nós não poderemos admitir que o Governo submeta — veja bem o Sr. Presidente, e nobres Deputados, que eu não estou dizendo o Governador, nem estou me referindo ao Governador atual e sim ao Governo do Estado, que é representado, no caso, pelo Governador. Se submetam as partes que contratarem com o Governo a uma condição vexatória dessa natureza, que podera inclusive implicar até na ausência de crédito à execução de determinadas obras.

Porque, como V. Exa. e os demais Deputados sabem, melhor do que eu, muitas obras são iniciadas por muitas firmas que transacionam com o Estado, recebem, financiamentos bancários. E esses financiamentos são conseguidos à vista de um contrato perfeito e acabado, que reuna tôdas as condições essenciais. Porque, devo dizer a V. Exa., como advogado de um Banco, eu não autorizo o banco a quem eu trabalho que dê um financiamento a uma firma que não tenha seu contrato registrado no Tribunal de Contas, porque ele não poderá sub judice, sem essas condições essenciais, pleitear aquilo que lhe deve o Estado. Porque irá sofrer contestação seu contrato. Então nós poderíamos dizer: seria uma questão de confiança; não há questão de confiança dessa natureza. O que há é uma lei simples para

ser cumprida. E agora, sim, devo dizer nesta Comissão, que me causou estranheza uma entrevista do Sr. Governador do Estado, concedida ao Canal 3, de Londrina, dizer, que não existe lugar algum onde se exija a honorabilidade do registro do contrato com o estado no Tribunal de Contas. Que é coisa obsoleta, segundo entende S. Exa.. Para nós não nos parece, mesmo em se tratando de uma lei antiga. O Código Civil Brasileiro é mais antigo, e aí está em vigor garantindo os direitos do povo.

E não me parece também, sr. Presidente, por êsses motivos que aqui abordamos, o de que quem contrata com o Estado deva sentir-se plenamente garantido, assegurado seu direito, depois de no entendimento com seu órgão, fazer prevalecer seu contrato e não ficar na condição vexatória de uma negação do Tribunal de Contas, envolvendo todo seu crédito; seu, de contratante do Estado, de prestador de serviços ao Estado, de qualquer espécie de serviço que venha prestar ao Estado, unicamente porque se omite da Constituição êste dispositivo.

Em nosso entendimento, dispositivo êsse de natureza moralizadora, não a omissão, mas a sua permanência.

Passando a outra matéria, de não menor importância, entendo que o ponto crucial, o ponto nevrálgico do presente projeto de emenda, diz respeito ao seu orçamento. Na parte em que o projeto submete "o numerário correspondente às dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa e dos Tribunais do Estado, a que sejam entregues no início de cada trimestre, em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda Estadual, com participação percentual nunca inferior a estabelecida pelo Poder Executivo para seu próprio órgão".

Veja, sr. Presidente, participação percentual nunca inferior a estabelecida pelo Poder Executivo. Porque nós que constituímos outro Poder, porque o Poder Judiciário que também é um órgão do Poder Estatal, independente, que vive harmonicamente com o Legislativo e com o Executivo, não pode estabelecer sua quota percentual.

Porque o Poder Executivo tem êste privilégio para poder fixar, numa situação vexatória para o próprio Poder Executivo.

Desejo dar êste exemplo, srs. Deputados: se eu tenho minha família, V. Exa. Sr. Presidente tem a sua, o nobre Deputado Relator tem a dele. Se eu tenho compromissos com V. Exa. e com o deputado Armando Queiroz, tenho de pagar a Vs. Exas., de três em três meses, uma determinada importância, e se eu tenho um orçamento cuja receita permitiu que eu nele firmasse a minha assinatura, para cumpri-lo.

Mas ao invés de respeitar as minhas despesas, as despesas que eu tenho com minha família, eu passo a esbanjar em razão dos interesses de minha família. E esbanjando, eu entro no dinheiro que estava destinado a V. Exa. e a V. Exa. E quando chega o vencimento de minha prestação com V. Exa., eu não tenha mais o dinheiro, porque gastei mais do que devia. Gastei com extraordinários, fiz uma viagem, não recebi aquilo que deveria receber, porque as pessoas que me deveriam pagar também não receberam. Eu fiscalizei mal, houve omissão de arrecadação, não tenho dinheiro para pagar V. Exas. então é justo que êsse esbanjamento, que essa omissão repercute em V. Exas. e que eu deixe de cumprir minhas obrigações com V. Exas.? Isso é de ética? Isso é de decôro? Não me parece. Parece-me, isso sim, que não houve no tocante a isso, um raciocínio isento, um raciocínio de confiar em que todos os poderes têm raciocínio próprio...

O SR. PRESIDENTE — Respeitosamente, lembro a V. Exa. que lhe restam 5 minutos para concluir seu raciocínio.

O SR. MUGGIATI FILHO — Tenho para mim, sr. Presidente, que V. Exa. está enganado.

O Sr. Presidente — V. Exa. começou a usar da palavra às 7.20. E tão brilhante o discurso de V. Exa. que o tempo passou desapercebido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Segundo V. Exa. informou, quando perguntei a V. Exa., a hora para que os demais Deputados, não integrantes da Comissão, pudessem falar, eram 19,20 porém, em seguida, houve uma questão de ordem, de modo que parece-me que deveriam ser 19,30 quando iniciei a minha explanação.

O Sr. Presidente — Concedo mais 10 minutos a V. Exa., embora creia que V. Exa. está equivocado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado.

De modo que, assim como determina a Carta Constitucional Federal, a harmonia que deve existir entre os Poderes, de caráter político, envolve, fora de qualquer dúvida, a administração pública. A política aí inclui, no seu sentido benéfico, a administração.

Se aprovado o projeto nesta parte que diz respeito às dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa, não vemos possibilidade de ser mantida esta harmonia entre os Poderes, entre os órgãos do Poder Público. Por que, submeter Legislativo e Judiciário à vontade do Executivo discricionariamente, é abdicar daquilo que de mais sagrado possa existir. Sair do que é certo para o que é pior constatando que noutros setores, noutros capítulos da emenda Constitucional, esta Casa procurou ressaltar a sua independência, nós chegaremos a uma conclusão vexatória. Aproveasse a emenda Constitucional no seu discricionarismo, na sua arbitrariedade, com relação a integral do orçamento, porque, entendesse que esta Casa, tendo a iniciativa da reforma constitucional, se o Governador amanhã não cumprir com a Assembléia as disposições do orçamento, ou não atenda aquilo que a Assembléia necessita, e entende justo para si, poderá então, a Assembléia, qual uma espada de Dâmoqueles, sobre quem estiver representando o Poder Executivo, exigir ou modificarmos a Constituição, mas isso é legislar em causa própria, o sentido disso é legislar em causa própria, por se nós estamos deixando de lado o Poder Judiciário, deixando de lado o Poder Judiciário. Nós estamos cometendo uma grave injustiça para com nós mesmos, porque poderemos ser acoimados de legislarmos em causa própria. Este é o sentido pelo qual nós, principalmente levando-se em conta que nos dias de hoje a independência política e a independência econômica se confundem em quase todas as sociedades do mundo, e que a subordinação econômica conduz à subordinação política, apresentamos uma emenda no sentido de que o governo não adiantasse ao órgão legislativo, três duodécimos ao começo de cada trimestre, mas sim se isso pudesse representar um ônus para o Estado, adiantasse dois ou pelo menos um. Há uma emenda neste sentido, dois ou pelo menos um duodécimo. Não vemos por onde possa ser argumentado a inconstitucionalidade disso. Em nosso memorial, que transformamos em nosso voto por escrito, nesta Comissão, nesta reunião nós sustentamos a tese de que, segundo princípio de hermenêutica o dispositivo constitucional não fere, em absoluto a Constituição, o princípio constitucional federal. Não anula em absoluto a Constituição do Estado, digo melhor, no seu dispositivo atual, porque a própria constituição faz uma referência ao Tesouro Nacional, cuja semelhança com Fazenda Estadual não existe. E, por conseguinte, não entendemos que seja adaptação do preceito pretendido na emenda à Constituição Federal. Outros Estados adotam o mesmo sistema. A maioria dos Estados adota. Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul está estabelecido que a entrega do duodécimo será no início de cada mês, aos dois Poderes e, provavelmente o Executivo deve receber a mesma coisa.

Com relação a outro ponto ainda, que envolve o Poder Judiciário, diz o artigo 115, da Constituição Federal: "Compete ao Tribunal de Justiça eleger seu Presidente e demais titulares da sua direção; 2.º) elaborar seu

Regimento Interno e organizar serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos”.

Eu, entendo, sr. Presidente, meu ilustre Relator, que a lei federal invocada no caso, colide com o preceito constitucional. Uma colisão entre uma lei ordinária e uma lei constitucional, seria o mesmo que uma lei federal colidindo com uma lei estadual. Prevalece a maior. Se a Constituição Federal determina ao Poder Executivo o provimento de cargos na forma da lei e dá ao Poder Judiciário atribuição de propor ao Legislativo, como pode vir uma lei federal mandar o Poder Judiciário encaminhar esse projeto ao Executivo, para que o Executivo tome a iniciativa legislativa, se essa iniciativa é assegurada pela Constituição Federal ao próprio Poder Judiciário, mediante proposição ao Legislativo. Está escrito: elaborar Regimento Interno e organizar serviços auxiliares. É a emenda constitucional 1-69.

O Sr. Presidente — Respeitosamente lembro a V. Exa., que se esgotaram os 10 minutos a que V. Exa. fazia jus.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Reiterando o que já disse, sr. Presidente, desejo reiterar também a minha preliminar para que se confirme o protesto feito no início desta reunião.

Entendo que esta reunião poderá ser anulada e o que dela se originar igualmente, por ter sido realizada dentro do prazo estipulado e reservado aos Deputados que tinham vistas do projeto.

Reitero, uma vez mais, os termos de meu voto escrito e agradeço a V. Exa. e aos nobres Deputados a nobreza com que me ouviram e a atenção de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a matéria. — **Encerrada a discussão.** Em votação o parecer, na forma do substitutivo apresentado pelo sr. Deputado relator.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para encaminhar a votação pelo prazo de 10 minutos, segundo o Regimento Interno.

O SR. MUGGIATI FILHO — No encaminhamento desta votação, sr. Presidente, estamos vendo o seguinte:

Realiza-se uma sessão extraordinária convocada para hoje às 20 horas pela Mesa, após a aprovação de competente requerimento.

Enquanto se realiza esta sessão extraordinária nós aqui estamos inclusive alguns dos membros da Comissão acredito, preocupados com a realização desta sessão, a qual se conclue, foi realizada a fim de que nela fosse incluída ainda na Ordem do Dia para amanhã o projeto de emenda constitucional.

Não haveria necessidade desta pressa, sr. Presidente. Lamentamos profundamente que isto ocorra porque entendemos que se não formos os primeiros a defender as prerrogativas democráticas seremos os responsáveis inclusive para que o país caminhe para uma ditadura. E o dia em que esta ditadura prevalecer, o dia em que desaparecerem todos os direitos individuais os materiais, e o dia em que ninguém puder falar contra uma prisão, contra uma lei violenta, contra uma arbitrariedade de um Poder, então lembraremos que esta Casa contribuiu para este fim.

Se ela representa a opinião generalizada do povo, se aqui estão repre-

sentantes do povo, não vemos necessidade desta pressa para que se concretize uma votação. Digo mais a V. Exa., acho comprometedor, sob certo aspecto, a maneira com que o Poder Executivo se conduz neste momento, sr. Presidente, através de pronunciamentos em relação, inclusive, à emenda constitucional, quando o certo seria uma completa isenção, e, acima de tudo a reforma constitucional deveria ser restrita ao Executivo reformar naquilo que interessasse ao Executivo e não o Poder Executivo inflacionando o Judiciário e o Legislativo com reformas que lhe dão poder excessivamente arbitrário, se é que isso pode se dizer.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a matéria.
Como vota o deputado Borsari Neto?

O Sr. Borsari Neto — Com o relator.

O Sr. Gilberto Carvalho — Com o relator.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado o parecer na forma do substitutivo.

Dando por encerrada a presente reunião comunico aos srs. Deputados que a matéria deverá voltar à Comissão. Retornará à Comissão especial para que seja elaborada a redação final.

A convocação para essa reunião, será feita com 24 horas de antecedência, por ofício dirigido aos srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.

1.a Sessão Legislativa

7.a Legislatura

ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINARIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Reforma da Constituição, sob a presidência do senhor deputado Emilio Carazzai e com a presença dos senhores deputados Borsari Neto, Armando Queiroz e Gilberto Carvalho, achando-se ausente o senhor deputado Muggiati Filho. Convocada na forma regimental para as dezessete horas, nesse horário foi pelo senhor presidente declarada aberta a reunião e em seguida suspensa por quinze minutos para aguardar a presença do senhor deputado Muggiati Filho. Verificado o não comparecimento do parlamentar o senhor presidente reabriu os trabalhos, solicitando ao secretário que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. Pela Ordem, o senhor deputado Armando Queiroz, solicitou dispensa da leitura no que foi atendido. Aprovada a Ata, sem restrições, o senhor presidente deixou livre a palavra. O senhor deputado Armando Queiroz, usando a palavra, salientou que a matéria de que trata a proposição 15-71, foi analisada em todos os seus ângulos, não existindo senões, podendo, pelo fato mesmo ser votada em redação final. O senhor deputado Borsari Neto, a seguir, usando a palavra, diz ser oportuno e da dever de justiça solicitar seja consignado voto de louvor ao trabalho desempenhado pelo deputado relator, pois é testemunha do esforço dispendido pelo deputado Armando Queiroz, cujo trabalho não foi precipitado e sim iniciado e desenvolvido desde o momento que a matéria foi dada ao conhecimento desta Casa. Parabenizou-se ainda com o senhor presidente da Comissão, por ter demonstrado seu tirocínio na escolha do relator. O senhor presidente, a seguir, agradece a generosidade, salientando ter procurado conduzir os trabalhos do melhor modo possível e em consonância com o que preceitua o Regimento Interno desta Assembléia, acrescentando ainda que com relação ao deputado relator, a presidência tinha co-

nhecimento do seu trabalho e da condição jurídica incontestável do senhor deputado Armando Queiroz, associando-se às referências feitas pelo senhor deputado Borsari. Acrescentou ainda o senhor presidente, no que foi secundado pelos demais membros, o agradecimento aos funcionários que participaram do grupo de trabalho designado para funcionar junto à Comissão, por fim propondo expedição de ofício ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa, solicitando fosse o voto de louvor e agradecimento, anotado nas respectivas fichas funcionais. Em seguida o senhor presidente, coloca em discussão e votação a redação final da **Proposição N.º 15/71**, que foi aprovada por unanimidade. Como mais nenhum senhor deputado manifestasse desejo de usar a palavra, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, avisando que marcará outra com 24 horas de antecedência com a finalidade específica de leitura discussão e aprovação da Ata da presente reunião. Desta reunião extrai a presente Ata, que após lida, discutida e aprovada, será por mim e pelo senhor presidente assinada, para que produza os efeitos da lei.

aa) **EMILIO CARAZZAI** — Presidente

ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário